IREE

CENTRO DE ESTUDOS DE ECONOMIA

A ECONOMIA BRASILEIRA NA BERLINDA DA CRISE DA COVID-19: BALANÇO E PERSPECTIVAS PARA 2021

JULIANE FURNO, DANIEL FOGO, LÍGIA TONETO E MATIAS REBELLO CARDOMINGO

SUMÁRIO EXECUTIVO

03 A ECONOMIA BRASILEIRA NA BERLINDA DA CRISE DA COVID-19: BALANÇO E PERSPECTIVAS PARA 2021

05 POLÍTICA MONETÁRIA

11 MERCADO DE TRABALHO

20 POLÍTICA FISCAL - *A TRAGÉDIA DOS COMUNS*

24 SETORES

24 INDÚSTRIA

29 COMÉRCIO

33 SERVIÇOS

36 AGROPECUÁRIA

40 FINANCEIRO

44 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS A AÇÕES PARA 2021

A economia brasileira na berlinda da crise da Covid-19: balanço e perspectivas para 2021

Esse documento tem a finalidade de traçar uma reflexão inicial, ainda na ausência da computação da totalidade dos dados anuais, que busca delinear um balanço e ensejar algumas perspectivas para a economia brasileira no ano que inaugura.

Uma questão precede a análise de curto prazo: a economia brasileira ainda não havia se recuperado da última grande crise econômica, que levou a recessão de 2015-2016 e a mais lenta recuperação da história brasileira. Mesmo com as revisões do PIB de 2018 e 2019, vivemos um período de semi-estagnação econômica, incapaz de nos lograr condições de recuperação do padrão de geração de riqueza interna que marcou o período pré-crise.

A crise econômica, e o conjunto de políticas destinada a dirimir seus efeitos e ensejar a retomada do crescimento, agravaram a contração da demanda agregada através da opção de reequilibrar as contas públicas apostando, sobretudo, da redução das despesas primárias. A forte opção pelas políticas de austeridade fiscal não só não foi capaz de retomar o caminho do crescimento e do equilíbrio fiscal, quanto agravou as desigualdades sociais – problema secular da sociedade brasileira – e deteriorou, ainda mais, o mercado de trabalho.

O novo mantra para a solução dos problemas econômicos brasileiro passou a ser a "aprovação das reformas". Ainda que muito importantes, reformas não são capazes – por si mesmas – de modificações estruturais. Para que o conjunto das reformas na agenda do Congresso tenham condições de tornar o Brasil mais competitivo, moderno e para nos fazer reencontrar a rota do desenvolvimento, é necessária a retomada do crescimento econômico. Não há geração de emprego em um ambiente de baixo crescimento, mesmo com redução significativa do custo do trabalho, e não há redução do déficit do regime geral de previdência social sem crescimento do emprego formal. Ou seja, as reformas precisam ser pensadas dentro de uma agenda de crescimento econômico, que exige um plano nacional de desenvolvimento articulando com sinergia ações estatais e do setor privado.

Retomando os elementos do balanço, a economia brasileira não estava em plena ascensão e foi interrompida pela crise do Novo Coronavírus. Segundo dados do Ibre/FGV [1]a economia brasileira já estava em desaceleração no último trimestre

1 https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pais-entrou-em-recessao-no-primeiro-trimestre-diz-comite-da-fgv,70003348051

de 2019 e em retração no primeiro de 2020, quando a crise da Covid-19 dava seus primeiros passos. O Brasil não se preparou para a crise. Nós tínhamos o "benefício do atraso" e nem por isso conseguimos nos antecipar aos efeitos sanitários e econômicos dessa crise. O Brasil já conhecia a natureza do vírus e sabia que o isolamento social era a única forma eficaz de contenção da propagação, até que surgisse um imunizante. No entanto, as ações mais enérgicas de combate ao Coronavírus chegaram mais de um mês depois do primeiro caso de morte e foram marcadas por uma forte descoordenação entre as esferas estaduais e municipais com relação as medidas federais.

Antes de comentar e realizar um balanço das medidas adotadas no Brasil, faz-se importante resgatar que a sociedade brasileira padece de problemas estruturais típicos de uma economia subdesenvolvida, o que nos colocava desafios muito superiores aos dos países desenvolvidos. Em 2017, pela primeira vez na história, o número de trabalho informais[2] superou o de trabalhadores formais no mercado de trabalho brasileiro. Além disso, ingressamos na crise do Coronavírus com um grande e resiliente contingente de trabalhadores desempregados e subutilizados. Por fim, problemas estruturais de saneamento e moradia, somado ao congelamento das despesas com saúde e o empobrecimento da sociedade brasileira exigiam do Executivo e do Legislativo ações muito mais enérgicas.

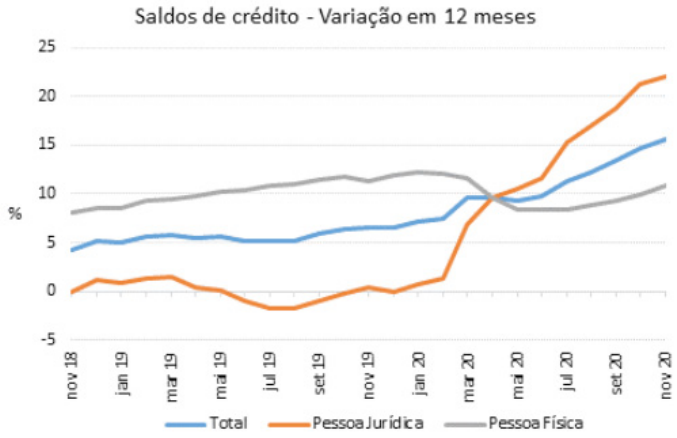
2 Trabalhadores informais aqui são computados, a partir da PNAD, como aqueles que são trabalhadores do setor privado sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira e trabalhadores "por conta própria".

POLÍTICA MONETÁRIA

A política monetária foi, de forma geral, bem conduzida. A primeira ação do Banco Central, nos primeiros minutos do primeiro tempo, foi a liberação de R$ 1,2[3] trilhões do depósito compulsórios dos Bancos Comerciais junto ao Banco Central, concedendo crédito nesse momento de fortes incertezas. O Banco Central, ainda no que tange a medidas que envolveram recursos privados, diminuiu os requerimentos de liquidez e de capital, que determinavam que parte dos recursos disponíveis financeiros não fossem emprestados. Além disso, houve flexibilização das normas de exigência regulatória e operacionalização de um aumento do crédito direcionado, por meio de programas de garantia a empréstimos pelo Tesouro nacional. Dessa forma, parcela dos recursos que ficavam parados nos cofres dos bancos passaram a estar à disposição para operações de crédito, o que facilitou e barateou a captação bancária.

O crédito foi uma alavanca importante da política de tentativa de reaquecer a demanda agregada. Isso se refletiu na redução da taxa de juros. O saldo total das operações de crédito atingiu a marca de 53,4% do PIB em outubro, o que perfaz uma elevação de 6,4 pontos percentuais do PIB em relação ao ano anterior.

Gráfico 1: Saldo de Crédito total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física entre novembro de 2019 e novembro de 2020.



Fonte e Elaboração: Banco Central do Brasil

3 https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/23/bc-muda-compulsorio-e-libera-temporariamente-r-68-bilhoes-ao-mercado-financeiro.ghtml

Além de expansão do crédito, as taxas de juros médias do Sistema Financeiro Nacional para as novas concessões de crédito permanecem estáveis desde julho. A queda mais expressiva está concentrada na taxa para recursos livres, que foi de 37,4% em julho de 2019 para 26,5% em outubro de 2020. Já a taxa para recursos direcionados, a taxa de juros apresentou queda, mas em magnitude menor, saindo de 8,05% em julho de 2019 para 7,15% em outubro de 2020. Por fim, nesse mesmo intervalo de tempo, a taxa média de juros geral, medido pelo spread do Indicador de Custo do Crédito (ICC), caiu de 24,67% em julho de 2019 para 16,9% em novembro de 2020.

Tabela 1: Spread do ICC no sistema financeiro entre janeiro e novembro de 2020

2020	Indicador do Custo do Crédito (ICC) a.a
Jan	20,2
fev	20,3
mar	20,1
abr	19,8
mai	19,2
jun	18,6
jul	18,3
ago	17,8
set	17,4
out	17,2
nov	16,9

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração Própria.

A Medida Provisória 992/2020, que ficou conhecida pela sigla (CGPE) Capital de Giro para Preservação de Empresa, foi mais uma medida importante de proteção ao crédito direcionado as micro, pequenas e médias empresas, com receita bruta anual de até R$ 300 milhões. O CGPE permitiu a otimização do uso de capital relativo a diferenças fiscais temporárias por meio de sua aplicação em novos empréstimos por instituições autorizadas pelo BC. No entanto, em que pese as ações propostas, o próprio Presidente do BC, Roberto Campos Neto, avaliou que houve pouco direcionamento de recursos para as pequenas empresas.[4]

4 https://www.youtube.com/watch?v=QpQCQvGP2D8&feature=emb_logo

Entretanto, a principal ação, coordenada pelo BC, foi levar a níveis mínimos a taxa básica de juros. Seguindo a tendência das principais economias, houve um corte sistemático na taxa básica de juros, a Taxa Selic, que chegou ao menor nível já registrado, 2% a.a. No entanto, em que pese a política monetária expansionista e com juros dirimidos, em períodos de crise como o que estamos vivenciando, a política monetária tem pouco potencial de, sozinha, reconduzir a uma trajetória de crescimento econômico. Os juros baixos e a abundância de linhas créditos não são capazes de soerguer o investimento. Como já nos ensinou Keynes, na década de 1930, a política monetária tem papel decisivo em períodos de normalidade econômica, principalmente via coordenação das expectativas e manutenção de baixo custo para o investimento. Por outro lado, em períodos de crise a política monetária pode ser quase inócua. Nesse caso, o papel de destaque das ações de enfrentamento a pandemia certamente foi, e seguirá sendo, via política fiscal, como será abordado mais adiante.

Por fim, as incertezas que rondam a economia global em períodos de crise atuam como redutoras dos Investimentos Externos Diretos (IED) e outras modalidade de capital externo à periferia. Os agentes, premidos pelas incertezas globais, tendem a alocar a sua riqueza em ativos mais seguros e que sofrem menores desvalorizações. Nesse caso o dólar e os títulos da dívida pública americana ganham primazia. Somado a esse movimento natural do fluxo de capitais em períodos adversos, avaliamos que a forma negacionista e ineficiente de provimento de medidas de combate a pandemia corroborou com o movimento de fuga recorde de capitais do Brasil. A crise política e a falta de coordenação de medidas econômicas e sanitárias pelo Executivo federal foram importantes no movimento de depreciação do câmbio, com o episódio símbolo da demissão do Ministro da Saúde Luis Henrique Mandetta. O período de maior desvalorização cambial ocorreu do início ao fim do mês de maio, quando o real se desvalorizou 34% frente ao dólar. Nesse período a questão fiscal e a possibilidade de flexibilização do teto de gastos para 2021 ainda nem haviam se tornado uma questão central. Além disso, pesquisa feita pelo economista Rodrigo Toneto demonstra que entre 2001 e 2019 o real foi uma das moedas mais voláteis entre as moedas dos países emergentes. Dessa forma, a sustentação do teto dos gastos a partir do argumento da desvalorização cambial não encontra respaldo sólido.

No ano de 2020 fomos premidos por uma tempestade perfeita no que toca à inflação. Se por um lado a inflação de demanda não se fez presente, fruto de uma economia deprimida, a inflação de custos foi a marca da vez. A forte apreciação do dólar com relação ao real, o maior contingente exportado de insumos e

matérias primas somado ao aumento do preço internacional das *commodities* fez as mercadorias, principalmente os alimentos, pesarem no agregado da inflação. A partir de agosto o IPCA passou a apresentar sucessivas altas mensais e a inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 4,52%, levemente acima da meta mas dentro da banda de variação, um cenário surpreendente para a inflação baixa que marcou a economia brasileira até o meio do ano.

Tabela 2: Variação mensal da taxa de inflação (IPCA) por faixa de renda entre janeiro e novembro de 2020

Mês	Faixa de renda					
	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
Jan/2020	0,23	0,19	0,20	0,20	0,28	0,18
Fev/2020	0,15	0,12	0,16	0,25	0,35	0,42
Mar/2020	0,25	0,20	0,11	0,03	0,03	-0,20
Abr/2020	0,01	-0,17	-0,35	-0,40	-0,52	-0,28
Mai/2020	-0,19	-0,26	-0,34	-0,42	-0,39	-0,57
Jun/2020	0,32	0,31	0,27	0,26	0,26	0,21
Jul/2020	0,38	0,36	0,36	0,35	0,31	0,27
Ago/2020	0,38	0,38	0,37	0,25	0,13	-0,10
Set/2020	0,98	0,88	0,78	0,56	0,37	0,29
Out/2020	0,98	0,88	0,86	0,78	0,69	0,82
Nov/2020	1,00	0,94	0,91	0,85	0,80	0,63
Dez/2020	1,58	1,46	1,38	1,21	1,02	1,05

Fonte: IPEA. Elaboração Própria

Tabela 3: Variação anual (12 meses) da inflação (IPCA) por faixas de renda

variação anual (12 meses) inflação por faixa de renda	
renda muito baixa	6,22
renda baixa	5,43
renda média baixa	4,8
renda média	3,97
renda média alta	3,37
renda alta	2,74

Fonte: IPEA. Elaboração Própria

Pelas tabelas acima percebe-se que a inflação afetou muito mais as rendas mais baixas em função da natureza da inflação de custos recair principalmente em bens e – dentre esses bens – nos alimentos e bebidas, setor responsável por parte expressiva do cômputo final do índice. A importância que os alimentos têm na cesta de consumo das famílias, principalmente das mais pobres, facilita o *"pass trough"* cambial. Os principais itens alimentares sofreram com a desvalorização cambial. Segundo Boletim Macro Ibre/FGV, os alimentos foram os vilões da inflação de 2020, e acumularam altas expressivas, principalmente para o produtor. O caso do arroz foi emblemático e exemplifica como nem toda a variação de custo conseguiu ser repassada ao consumidor. O IPA do arroz acumulou um aumento de 92,6% até novembro de 2020, enquanto ao consumidor a alta foi de 57,1%. Em sentido contrário, os preços administrados e o preço dos serviços têm impedido a inflação de acelerar ainda mais, tendo avançado 0,9% e 1,6%, respectivamente.

O IGP-M e o IPA-10 são dois outros índices que ensejaram forte preocupação, mas que já começam apresentar tendência a desaceleração. O IGP-M, por ser um índice altamente dolarizado, ligado sobretudo ao preço das *commodities*, fechou com alta de 23,14%, mas já em clima de redução. As matérias-primas brutas caíram 0,74% em dezembro. Entre elas, as principais contribuições partiram das *commodities*, com redução do preço, principalmente, da soja, do bovino e do milho. O IPA-10, calculado pela FGV, também registrou desaceleração e também era um índice que preocupava demasiadamente pelas sucessivas altas. Em dezembro, o índice de preços ao produtor amplo registrou queda. Parte disso se explica pelo mesmo motivo que reduziu o montante do IGP-M – o preço das matérias primas brutas – e também o movimento de desaceleração da apreciação taxa de câmbio e do preço dos bens intermediários, que tem um papel relevante na composição do índice, com taxas caindo de 4,2% para 2,7% em dezembro. Ainda assim, é importante ressaltar que a inflação dos preços no atacado está bem mais elevada que ao consumidor. O choque de custos não conseguiu ser repassado na sua integralidade aos consumidores, em função da queda acumulada da renda e da deterioração do mercado de trabalho.

A boa notícia é que, embora o choque sob os alimentos e outros bens tenha sido significativo, os fatores que explicam esse aumento não tendem a ter efeitos de permanência ao longo do tempo. O dólar já está cedendo e, com a retomada das atividades econômicas e dos fluxos de comércio mundial, a maior oferta de *commodities* tende a reduzir seu preço em dólar. Segundo Boletim Macro do Ibre/FGV, os mencionados fatores que explicam o choque inflacionário não revelam características de permanência, no sentido de produzirem aumentos expressivos

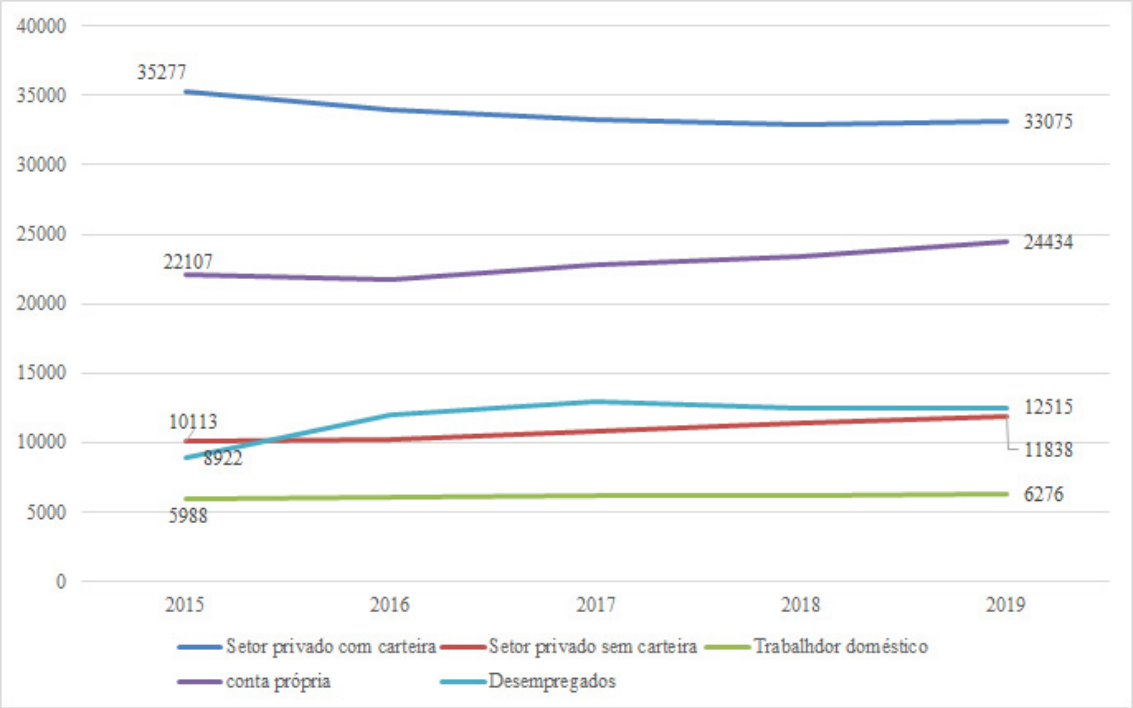
contínuos e generalizados de preços. No entanto, o grande problema é, se via câmbio e via expectativas de inflação, o choque contamine outros segmentos, principalmente os serviços, avançando para um quadro de alta disseminada nos preços, mas isso vai esbarrar na dinâmica econômica deprimida e na enorme capacidade ociosa.

A elevação da taxa de inflação, ainda que muitos analistas tenham alertado para a sua dissipação no curto prazo, preocupou os dirigentes do Copom e colocou a estabilidade da SELIC em baixo patamar sob dúvida em 2021. Na reunião do Comitê de Política Monetária de outubro foi registrado em ata a surpresa com relação a índices mais elevados de inflação. Parece iminente que o Copom irá retirar o *"forward guidance"*, que foi introduzido em agosto e era uma sinalização de resiliência de taxas mais baixas de juros no futuro próximo. Retomando: a política monetária está sendo mantida em bases expansionista, como forma de dirimir os impactos da grande crise. Frente a isso, o Copom vinha sinalizando que manteria as taxas de juros baixas enquanto as expectativas se mantivessem abaixo da meta de inflação; as expectativas de longo prazo permanecessem ancoradas e o regime fiscal apontasse para a sustentabilidade da dívida pública. No entanto, as recentes projeções do Banco Central deixam claro que a Selic a 2% é incompatível com o cumprimento da meta de inflação para 2021. A elevação da taxa Selic para 2021 já está prevista nas estimativas do Boletim Focus, e teria como desejo principal o diferencial de juros necessário para conter a fuga de capitais bem como atrair mais moeda estrangeira e assim conter a desvalorização do real e seus impactos inflacionários.

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho também vivenciava um cenário de adversidades no período pré-crise do Novo Coronavírus. A taxa de desemprego se estabilizou em um patamar relativamente elevado desde de 2015, variando entre 11% e 13% de desocupação. Além do desemprego, avançavam a passos céleres, novas modalidades de trabalho desconectadas do regime Celetista de Trabalho, com impactos importantes na proteção social e na cobertura dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Gráfico 2: Evolução do mercado de trabalho a partir dos dados do 3º trimestre entre os anos de 2015 e 2016, em milhares de pessoas.

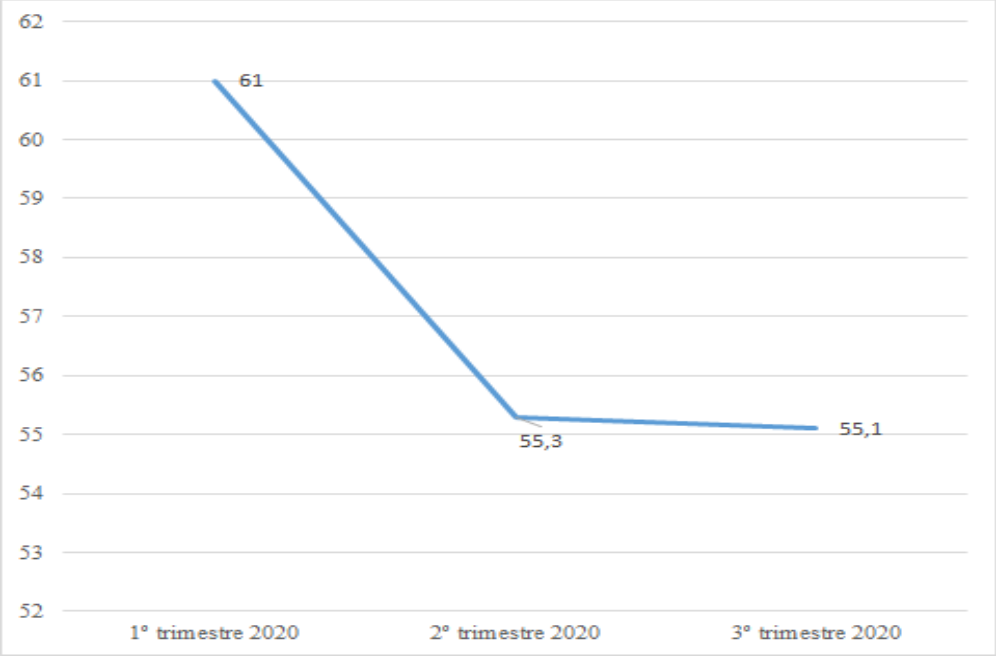


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração Própria.

No gráfico acima fica expresso que o mercado de trabalho não conseguiu reagir desde a grande crise de 2015-2016. A crise do Novo Coronavírus atinge uma estrutura laboral marcada pelo crescimento dos trabalhadores desempregados, dos “conta própria” e dos trabalhadores do setor privado sem carteira de trabalho. Por outro lado, há uma contração entre os trabalhadores do setor privado com carteira de trabalho, atestando um menor grau de proteção dos trabalhadores.

A crise e a paralisia das atividades produtivas impactaram rapidamente o mercado de trabalho, especialmente no que tange ao nível de participação.

Gráfico 3: taxa de participação[5] na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais na semana de referência (%) 2020



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração Própria.

O gráfico indica que despencou, a partir dos efeitos da redução da atividade econômica, a taxa de participação no mercado de trabalho, que indica a quantidade de pessoas que estão na força de trabalho sobre o total de pessoas em idade para trabalhar. Apenas 55% das pessoas em idade para trabalhar estavam ocupadas ou desocupadas no 4º trimestre de 2020. Se formos levar em consideração o nível de participação, ou seja, apenas as pessoas que estavam efetivamente ocupadas sobre o total da população em idade para trabalhar, chegaremos a um recorde: a pandemia fez o Brasil atingir o menor nível de ocupação em 30 anos. Pela primeira vez na década, apenas 46,8% das pessoas que pertencem a população em idade ativa estava exercendo atividades remuneradas.

Esse indicador é importante porque, pela natureza dessa crise e a necessidade de manutenção do isolamento social, a tradicional "taxa de desemprego" mostrou-se um indicador pouco eficiente para expressar as reais condições do mercado de trabalho, uma vez que só é considerado desempregado aquele que efetivamente

5 Percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar: [Força de trabalho / pessoas em idade de trabalhar] x 100

procurou emprego na semana de referência. Isso explica porque houve a perda líquida de 8,9 milhões[6] de postos de trabalho enquanto a taxa de desemprego se mantinha relativamente estável. Ou seja, milhões de trabalhadores que perderam seu emprego passaram a não vigorar mais nas estatísticas de desemprego, ou engrossando o contingente de desalentados ou mesmo apenas desaparecendo do contingente pertencente a "força de trabalho".

Tabela 4: Nível de ocupação, taxa de desocupação e pessoas fora da força de trabalho, nos 1º, 2º e 3º trimestre de 2020.

	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	Variação
Nível da ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (%)	53,5	47,9	47,1	-12%
Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (%)	12,2	13,3	14,6	20%
Pessoas de 14 anos ou mais de idade, fora da força de trabalho, na semana de referência (milhares)	67281	77781	78565	17%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração Própria.

Os dados da tabela acima atestam a queda expressiva no nível de ocupação, assim como o aumento do desemprego – ainda subestimado em decorrência da existência de trabalhadores desempregados que não voltaram a ocupar emprego em função do isolamento social – bem como a aumento de pessoas que passaram a integrar o grupo fora da força de trabalho.

6 https://oglobo.globo.com/economia/com-pandemia-pais-perde-89-milhoes-de-vagas--em-apenas-um-trimestre24570428#:~:text=RIO%20%E2%80%94%20A%20crise%20econ%C3%B4mica%20gerada,nesta%20quinta%2Dfeira%20pelo%20IBGE.

Tabela 5: Número total de trabalhadores (em milhares) por setores econômicos e variação (%) entre o 1º e o 3º trimestres de 2020

	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	variação (%)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (milhares)	8266	7976	8280	0%
Indústria geral (milhares)	11844	10727	10582	-11%
atividade Construção (milhares)	6380	5323	5722	-10%
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (milhares)	17381	15244	15246	-12%
Transporte, armazenagem e correio (milhares)	4870	4341	4114	-16%
Alojamento e alimentação (milhares)	5355	4006	3846	-28%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (milhares)	10625	10064	9872	-7%
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (milhares)	16525	16789	16173	-2%
Outros serviços (milhares)	4940	4117	3963	-20%
Serviços Domésticos (milhares)	6016	4746	4655	-23%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração Própria.

A tabela acima apresenta uma fotografia do saldo líquido de fechamento de postos de trabalhado por setores. Enquanto a agricultura apresentou um aumento real, ainda que percentualmente a variação seja praticamente nula, os empregos no setor de serviços sofreram uma forte queda no agregado. Pela natureza da pandemia e a necessidade da manutenção do isolamento social, os serviços - prioritariamente os serviços pessoais e prestados as famílias - sofreram de forma mais significava. O setor de “Alojamento de Alimentação” que compreendem serviços como de alimentação e hospedagem; “Outros Serviços” - principalmente serviços pessoais, como manicure, manutenção - e “Serviços Doméstico” foram os mais afetados, pela maior incidência de interação social.

O desemprego nesses setores impacta ainda mais a desigualdade social, uma vez que os mais afetados foram os empregos marcados por pouca qualificação e baixos salários, exercidos pela base da pirâmide social. Além disso, a maior perda de postos de trabalho nesses setores impacta a desigualdade de gênero e a desigualdade racial, uma vez que – pela forma como se operam as divisões sexuais e raciais do trabalho – cabe as mulheres, especialmente as negras – os serviços pessoais, o trabalho doméstico e os trabalhos em restaurantes.

Esse cenário ajuda a explicar a queda da massa de rendimentos da população ocupada com o concomitante aumento da renda média. O rendimento médio real habitual dos trabalhadores cresceu no trimestre terminado em agosto 3,1% referente ao anterior, que – por sua vez - já havia sido 8,1% maior que o mesmo trimestre de 2019. No entanto, a massa de rendimento habitual total caiu 2,2% - o que significa menos R$ 4,6 bilhões - frente ao trimestre anterior e 5,7% contra o mesmo trimestre no ano de 2019. Isso significa, em síntese, que a média sobe porque desaparecem as rendas mais baixas, associadas aos empregos que pagam menores rendimentos. No entanto, a massa total da renda caí, já que milhões de pessoas ficaram sem rendimento. Ou seja, o dado do crescimento da renda média, em última instância, atesta para a maior desigualdade e concentração da renda, que deverá ser a principal herança da forma como foi enfrentada a pandemia.

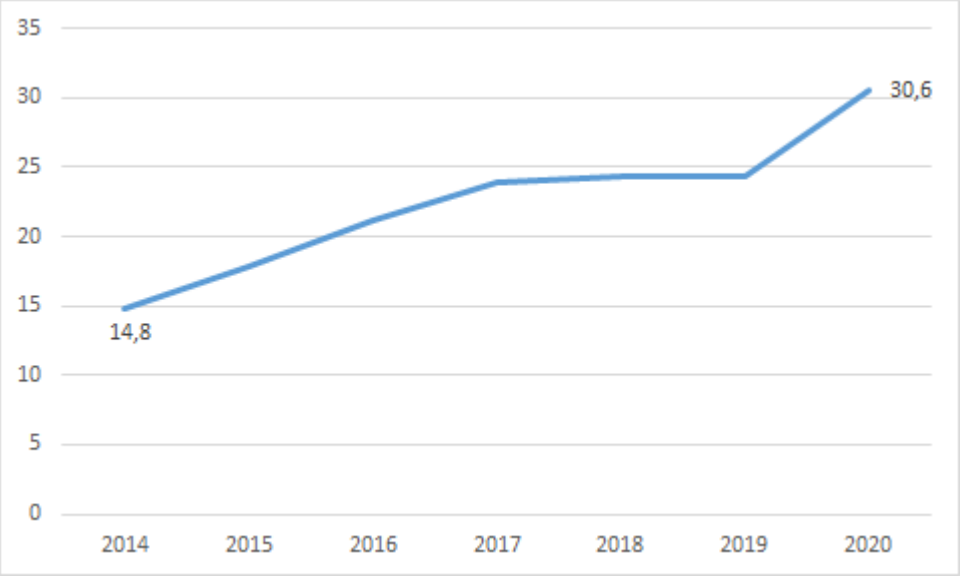
Tabela 6: Rendimento efetivo e habitual do trabalho por posição na ocupação em novembro de 2020

	Rendimento efetivo do trabalho	Rendimento habitual do trabalho	razão dos rendimentos em nov/2020
Brasil	2.185,53	2.333,56	93,7
Privado com carteira	2.137,23	2.205,97	96,9
Privado sem carteira	1.315,66	1.436,32	91,6
militar/estatutário	4.007,58	4.059,07	98,7
Público	3.592,23	3.652,26	98,4
empregador	5.185,57	5.732,72	90,5
Conta própria	1.626,29	1.904,54	85,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração Própria.

A tabela acima apresenta um dos impactos da contração da renda durante a pandemia, medido pela diferença entre o rendimento efetivo e o rendimento habitual dos trabalhadores. Embora as análises sobre mercado de trabalho comumente optem pela análise do rendimento habitual médio - buscando retirar os efeitos da sazonalidade e das variações individuais da renda – a pandemia ressignifica essa análise, demonstrando o descolamento entre o que era habitualmente recebido do que foi efetivamente recebido, na média, por cada tipo de vínculo empregatício. De forma agregada, o rendimento efetivo recebido, na média, pelos brasileiros, foi de apenas 93,7% do rendimento habitualmente recebido. Enquanto os setores mais protegidos, em especial o emprego público, tiveram seus rendimentos mais preservado – tanto pela estabilidade quanto pela possibilidade de exercício profissional em *home office* – os trabalhadores por conta própria foram os mais impactados, recebendo apenas 85,4% do que era seu rendimento habitual.

Gráfico 4: Taxa composta da subutilização do trabalho referente ao trimestre junho/julho/agosto entre os anos 2014 e 2020.



Fonte: PNAD Contínua. Elaboração Própria

Desde a grande crise 2015/2016 e agravado pelos efeitos da pandemia, a taxa de subutilização do trabalho chegou a níveis alarmantes. Por subutilização do trabalho compreendem-se os trabalhadores desempregados, os desalentados e os subocupados, que trabalham menos de 40h semanais. A manutenção em níveis elevados de trabalhadores nessas condições não somente é uma restrição a um direito humano fundamental – que é o direito ao trabalho – com impactos importantes sobre o tecido social brasileiro. Além disso, a manutenção desse contingente fora das atividades produtivas ou dispendendo menos horas a elas,

tem um impacto econômico expressivo, já que é um desperdício de um recurso produtivo tão importante. Em síntese, esse quadro enseja limites a própria recuperação no futuro.

Ainda do ponto de vista da política estatal de enfrentamento aos efeitos sanitários e econômicos da pandemia, destacamos que as ações empreendidas pelo Executivo e pelo Legislativo – ainda que na direção correta – ocorreram com baixa celeridade e em nível insuficiente para garantir a preservação do emprego e da renda.

Para as pequenas empresas houve a adoção de políticas de suspensão de contas públicas além de a construção de fundos públicos que garantiram renda aos empreendimentos que tiveram perdas com a pandemia. França, Inglaterra e Alemanha foram os países que mais avançaram nas medidas de proteção e manutenção do emprego e das empresas. As medidas de proteção ao empregador foram bem mais tímidas no Brasil, que apenas operou uma linha de crédito especial e o adiamento do recolhimento de tributos.

Alguns países a exemplo da Espanha e Argentina, por exemplo, empreenderam medidas de proibição à demissão durante o período de pandemia. Afim de não onerar demasiadamente as empresas, especialmente as menores, vários países empreenderam políticas de compensação salarial, alguns – como a Inglaterra – na ordem de 80% do salário base. No caso dos trabalhadores autônomo, a completude da renda habitual chegou a 95%[7]. Outras medidas de preservação da renda e dos direitos humanos também foram ensejadas na Espanha e outros países europeus, tais como a suspensão de cobrança das contas essenciais (água, luz...) e moratória das hipotecas, assim como ajuda financeira a trabalhadores autônomos, como uma espécie de auxílio emergencial brasileiro, em valores, por Paridade de Poder de Compra, muito superiores aos nossos.

O Brasil também adotou um programa de proteção do emprego e a renda, a medida provisória 936, que veio na sequência da MP 927 que autorizava a suspensão do contrato de trabalho sem renda durante até 4 meses. As reações públicas não tardaram e o Executivo substituiu o fatídico projeto por um programa intermediário. Por um lado, não recompunha o conjunto da renda dos trabalhadores que aderissem ao programa, mas – por outro lado - não desresponsabilizava completamente o Estado e nem desamparava na totalidade os trabalhadores.

---

7 https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/posts/politicas-que-estao-sendo--adotadas-para-o-combate-ao-covid-19-experiencia-internacional-e-o

A MP nº 936 autorizou, mediante acordo individual de trabalho ou negociação coletiva, a redução de jornada de trabalho com redução salarial que variava entre 25%, 50% e 70% e suspensão do contrato de trabalho, por tempo determinado. Os trabalhadores que aderiram ao programa foram compensados, de forma complementar, pelo Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm). Ocorre que a política foi importante para a preservação dos empregos de salários mais baixos, uma vez que para trabalhadores que recebem até 1 salário mínimo não houve perdas salariais. No entanto, a compensação da redução da jornada de trabalho não era em relação ao salário base e sim o percentual referente ao montante que o trabalhador teria direito com o seguro-desemprego. Assim, um trabalhador que teve uma redução de 50% na jornada de trabalho vai receber somente 50% do que ele teria direito do total do seguro-desemprego, que variava entre R$ 1.045 e R$ 1.813.

Dessa forma, trabalhadores com rendas mais elevadas – que ganham acima de 3 salários mínimos – podem ter apresentado queda na sua renda entre 10,5% e 42,2%. Para quem ganha mais de 5 salários mínimos a redução pode ter chegado a 65,3%[8] da renda inicial do vínculo a depender do tipo de contrato firmado. Isso implica, além de perdas significativas aos trabalhadores, comprometendo a normalidade da reprodução do seu padrão de vida, também a demanda agregada, como um todo, na medida em que a redução salarial afeta o nível de consumo e contribuiu para intensificar uma crise que é, fundamentalmente, de falta de demanda.

Além disso, embora o programa estipule como contrapartida a impossibilidade de demissão dos trabalhadores que aderiram ao programa por um prazo que equivale ao dobro do tempo do programa, ainda assim mantém-se um clima de incerteza com relação a deterioração do mercado do trabalho. Com isso, os trabalhadores adiam, ainda mais, o consumo, e retém moeda pelo motivo precaução.

Em síntese, o balanço do ponto de vista das ações para a manutenção do emprego e da renda e dos pequenos empreendimentos foi na direção correta, ainda que tenha sido operado com um montante de recursos insuficientes em comparação com as principais economias não só centrais, mas também latino americanas, com destaque para Argentina e Uruguai. No entanto, aos trancos e barrancos essa medida preservou milhões de empregos. Estima-se que, pelo menos, 10 milhões de trabalhadores tenham feito uso de alguma das modalidades amparadas na MP[9].

8 https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota-do-cecon-MP936-F2.pdf

9 https://www.contabeis.com.br/noticias/43338/mp-936-reducao-e-suspensao-de-contrato-atinge-10-milhoes-de-pessoas/#:~:text=O%20site%20disponibilizado%20pelo%20governo,meses%20de%20vig%C3%AAncia%20do%20programa.

De forma geral, ainda que a economia brasileira tenha surpreendido com relação as primeiras progressões de queda do Produto, a retomada de vários setores econômicos não foi acompanhada da recomposição do emprego. O mercado de trabalho, certamente, será o setor com mais efeitos deletérios de longo prazo.

POLÍTICA FISCAL - A *tragédia dos comuns*

Comumente a teoria econômica descreve a formulação do orçamento público como uma *tragédia dos comuns*, referindo-se ao uso das terras comuns por camponeses ainda no período anterior ao capitalismo. Os múltiplos interesses tendo de ser satisfeitos por uma única fonte de recursos levariam ao sobreuso e, eventualmente, à exaustão da terra, tal como o orçamento é incapaz de contemplar os variados setores.

Sob essa ótica, o ano de 2020 representou uma expansão inédita nas cercas de suas terras comuns, ao menos no que se refere aos gastos públicos federais. Como resposta à crise pandêmica fizemos o maior programa de transferência de renda da nossa história e realizamos um dos maiores gastos discricionários no mundo.

Enquanto a média dos emergentes e de renda média realizaram gastos extraordinários ou abdicaram de receitas na ordem de 3,4% do PIB, nós atingimos o patamar de 8,4% segundo o FMI[10]. Ainda segundo o órgão, entre as 20 maiores economias do mundo, o chamado G20, o aumento no déficit fiscal em decorrência da pandemia só foi maior que no Brasil (11%) em três países: Canadá (19%), Reino Unido (14%) e nos Estados Unidos (12%), também para esse grupo nos distanciamos da média (7,5%).

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão do Senado Federal responsável por acompanhar e analisar os gastos do governo, indicou em seu último relatório do ano passado a previsão que as despesas federais seriam equivalentes a 27,4% do PIB em 2020. Considerando o período de janeiro até outubro, o aumento real com relação à 2019 seria da ordem de 42,7%.

Ainda segundo o órgão, esse avanço dos gastos será responsável por um déficit do governo central em 2020 próximo aos 11% do PIB (equivalente a R$ 779,8 bilhões, ou em outros termos, mais de onze vezes o orçamento previsto para a prefeitura de São Paulo em 2021). Tamanha diferença entre despesas e receitas tem sido acomodada através de uma significativa expansão da dívida pública. Segundo dados do Banco Central, a dívida bruta do governo geral aumentou 12 pontos percentuais na comparação entre novembro último e 2019, atingindo o patamar de 88% do PIB. Vale destacar, entretanto, que entre outubro e novembro do último ano tivemos a primeira variação negativa na série desde novembro de 2019.

10 Monitor Fiscal de Outubro de 2020 https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2020/09/30/october-2020-fiscal-monitor

O respaldo legal para tamanha expansão do gasto público veio da aprovação do estado de calamidade em nível federal ainda em março de 2020 (Decreto Legislativo 6/2020[11]), quando o governo ficou liberado para romper a meta de déficit primário de R$ 124 bilhões, estabelecida pela Lei Orçamentária Anual (LOA). A partir de então, o governo se valeu de créditos extraordinários, equivalente a uma suplementação no orçamento para despesas imprevistas, que até outubro último somaram R$ 374 bilhões.

É exatamente a composição desses gastos que torna evidente o conflito distributivo que teremos de enfrentar em 2021. Afinal, desse montante nada menos que 69% foram destinados ao Auxílio Emergencial (considerando tanto o benefício pago em valor integral de R$ 600, que vigorou até agosto, como também seu pagamento posterior em metade do valor inicial); outros 30% destinaram-se a gastos adicionais dos ministérios, em especial da Saúde, 7% foram dirigidos ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e, o restante, destinado à suplementação do Bolsa Família.

Tabela 7: Gastos da União no enfrentamento a pandemia do Novo Coronavirus

Despesas pagas em bilhões (R$)	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	**acumulado**
Extraordinário	1,04	40,31	53,35	97,18	75,57	82,88	73,57	35,22	22,83	19,38	**507,59**
Auxílio Emergencial		35,78	41,08	44,68	45,88	45,34	10,89	5,32	0,77	1,27	**231**
Auxílio emergencial residual							13,29	15,57	17,03	16,76	**62,64**
Auxílio a estados e municípios		1,03	0,94	19,68	18,3	15,23	17,1	2,97	0	0	**75,25**
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda		0,33	6,51	7,11	4,29	4,09	3,32	3,1	2,54	0,68	**31,97**
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito				20,9	0	5	17	5	0	0	**47,9**
Financiamento de Infraestrutura Turística				0,38	0,01	0,03	0,16	0,2	0,65	0	**1,43**
Oyras despesas	1,04	9,18	4,83	4,43	7,36	13,18	11,82	3,06	1,84	0,68	**57,41**
LOAS incial			0,01	0,02	0,03	0,06	0,08	0,03	0,39	0,19	**0,8**
Total Geral	**1,04**	**46,32**	**53,36**	**97,02**	**75,86**	**82,93**	**73,65**	**35,25**	**23,22**	**19,56**	**508,39**

Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração Própria.

11 https://www.conjur.com.br/dl/decreto-legislativo-2020-coronavirus.pdf

Tal destinação, fruto de trabalho do Congresso que ampliou tanto o valor, quanto o escopo do Auxílio proposto inicialmente pelo Governo[12], foi responsável pela maior política de redução da pobreza e da desigualdade que já fizemos. Em agosto último atingimos o patamar de 38,8 milhões de pessoas vivendo com menos de US$ 5,5 por dia (aproximadamente R$ 29,7 pelo câmbio do mês) e 5,2 milhões de pessoas com menos de US$ 1,9 por dia (aprox. R$ 10,26), respectivamente as linhas de pobreza e extrema pobreza definidas pela ONU[13]. Apesar do número significar que temos uma população um pouco maior que a do Canadá vivendo em situação de pobreza, esses números são os menores em mais de quatro décadas.

Não há dúvidas de que o custo dessa política social foi bastante elevado. Ainda que o mundo inteiro tenha atuado de forma enfática para atenuar os efeitos da crise, o mercado de títulos brasileiros já manifesta certo receio por parte dos chamados agentes de mercado em relação à nossa trajetória de gastos. Entre agosto de 2020 e janeiro deste ano a taxa de juros para títulos pré-fixados com vencimento em 24 meses saltou de 3,93% para 5,2%, enquanto a taxa para títulos de 48 meses saiu de 5,3% e chegou a 6,7%. O aumento do prêmio de risco, ainda que em níveis baixos para nosso histórico de juros elevados, evidencia a necessidade de buscar soluções para o desequilíbrio fiscal.

Ainda assim, o aumento dos juros no longo prazo tem feito com que a Secretaria do Tesouro Nacional opte por encurtar o prazo de vencimento da dívida, a fim de aproveitar dos juros mais baixos. Segundo a IFI, em outubro passado o prazo médio da Dívida Pública Federal foi de 3,7 anos, sendo que 43% vencia em até dois anos e 15% deverá ser paga nos primeiros quatro meses de 2021[14].

Qual o caminho para a reconstrução de um equilíbrio fiscal, contudo, é a questão que definirá mais esse capítulo da *tragédia dos comuns* vivida na formulação do orçamento. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 9/2020[15]) aprovada em 16 de dezembro passado seguiu as indicações apresentadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual em agosto, prevendo um gasto do governo central da ordem de 19,8% do PIB em 2021. Ou seja, estamos falando de uma contração fiscal equivalente a 8 pontos percentuais, algo impossível de ser executado sem muita controvérsia e defesa de interesses, por todos os lados, nos corredores do Palácio.

---

12 Anúncio de auxílio para trabalhadores informais por Paulo Guedes em 18/03/2020: https://www.youtube.com/watch?v=2qV1euU68Ww

13 https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,reducao-do-auxilio-piora-renda-e-mais-pessoas--caem-na-pobreza-ou-miseria,70003536406

14 https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,vencimento-de-titulos-no-inicio-de-2021-poe--governo-e-investidores-em-alerta,70003477152

15 https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/16/senado-aprova-lei-de-diretrizes-orcamentarias-para-2021-que-segue-para-sancao-presidencial

Um ajuste dessa magnitude visa preservar o já desacreditado Teto de Gastos. Cada vez mais incompatível com o cenário fiscal e social do país, esse mecanismo de controle que se justificava como uma "*medida democrática*"[16], por explicitar o conflito distributivo e delegar a decisão final ao Congresso, evidencia sua contrariedade com princípios de universalização de direitos. A solução para nossa *tragédia dos comuns* ainda pode ser feita de forma a promover maior inclusão, por exemplo através da adoção das medidas listadas por Laura Carvalho em artigo recente[17], mas isso exigirá mais do governo e do Congresso do que as soluções que têm sido propostas até aqui.

16 https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1468431&filename=PEC+241/2016

17 https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/12/economia-pode-ter-recuperacao-inclusiva--pos-covid-com-responsabilidade-fiscal.shtml

SETORES

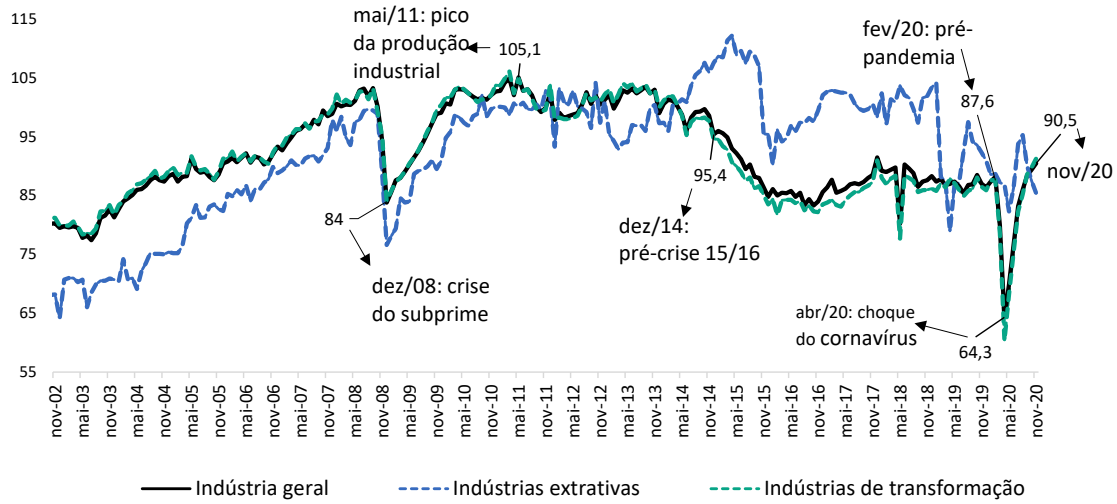
INDÚSTRIA

A indústria entrou na crise do coronavírus sem estar recuperada da crise de 2015/16. Em fevereiro de 2020, mês que antecedeu as bruscas quedas em decorrência do alastramento da pandemia, a produção industrial geral ainda se encontrava 8,9% abaixo da produção de dezembro de 2014. O duro cenário para a indústria no país, que não conseguiu lograr satisfatórias taxas de crescimento nos últimos anos, piorou a condição que o setor entrou na crise. Com grande dependência do mercado doméstico – principal destino da produção – o baixo dinamismo da economia brasileira, combinado a um quadro jurídico e político desfavorável e perda da inserção externa industrial, dificultaram um desempenho mais exitoso da indústria na segunda metade da última década. Nesse cenário, a chegada da crise da Convid-19 atacou a indústria brasileira em um momento de fragilidade.

O choque da Covid-19 representou uma queda acumulada de 27,1% da produção industrial entre fevereiro e abril de 2020, atingindo o menor patamar da série histórica da Pesquisa Mensal da Indústria (PMI), realizada pelo IBGE, que têm início em 2002. Depois da queda, a recuperação foi relativamente rápida, tendo em setembro retomado o patamar de fevereiro. Em novembro, último dado disponível, a produção industrial estava 2,6% acima do nível produzido em fevereiro, na comparação livre de efeitos sazonais1. Ainda assim, cabe destacar que, mesmo com a recuperação e ligeira alta, a produção industrial ainda não alcançara a produção de 2014, reforçando um problema estrutural dos últimos anos.

A retomada da indústria cumpre um papel de grande relevância não apenas para o crescimento do PIB como também criação de empregos de maior remuneração.

Gráfico 5: Produção Industrial Mensal por seções industriais com ajuste sazonal (Índice de base fixa 2012=100)



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

O avanço do setor ao longo do ano foi positivamente impactado pelas medidas emergenciais para o enfrentamento da pandemia. Em especial, o auxílio emergencial[1], que garantiu renda ao mercado interno – principal consumidor da indústria doméstica –, e a liberação de crédito foram fundamentais para dirimir os efeitos da crise no setor, que absorveu 17,6% das linhas de crédito liberadas pelo governo. Ainda assim, houve uma demora para que o crédito chegasse às empresas. Até julho, mais de 3 meses depois de anunciados os programas de socorro às empresas, menos de 20% do crédito liberado pelo governo havia de fato chegado às empresas.[2] Além disso, o início da distribuição foi fortemente desigual. Em março, primeiro mês de liberação, as grandes empresas haviam absorvido 88% do crédito, enquanto as micro e pequenas ficaram com apenas 11%[18]. [3]

Um levantamento realizado pela Folha de São Paulo em setembro apontou que um quarto das micro e pequenas indústrias não conseguiu acessar as linhas de crédito do governo. A situação levou a 23% das empresas de menor porte recorrerem ao cheque especial para honrarem seus compromissos[19]. [4]Muito distante das baixas taxas de juro das linhas especiais para socorro das empresas, o cheque especial

18 https://valor.globo.com/financas/noticia/2021/01/04/credito-a-empresas-regis-tra-expansao-em-quase-todos-os-setores-da-economia-aponta-bc.ghtml
19 https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/81-das-micro-e-pequenas--industrias-estao-sem-acesso-ao-credito.shtml

tem taxas em torno de 295% ao ano. Foi só quando passaram a vigorar as linhas especiais de crédito, como o Programa Especial de Acesso ao Crédito (Peac), administrado pelo BNDES, e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe)[20], que contou com recursos do Fundo Garantidor de Operações (FGO), [5]administrado pelo Banco do Brasil, que a liquidez chegou às MPMEs. Ainda que tenham sido lançadas no primeiro semestre, entre maio e junho, o socorro efetivamente chegou apenas nos últimos meses do ano. Em novembro as MPMEs foram responsáveis por receber 41% dessas verbas[21]. Dessa forma, ainda que o crédito tenha estado entre as principais políticas para sustentar as empresas durante a pandemia, o acesso desigual aos recursos deve impor também uma recuperação desigual entre as empresas.

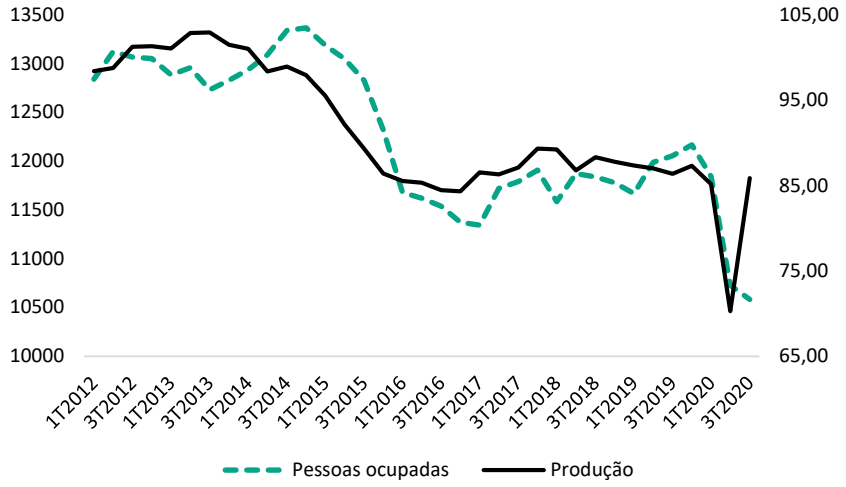
Com relação aos empregos no setor, a recuperação da produção não foi acompanhada em mesma velocidade pela recuperação da população ocupada. Enquanto a produção industrial no terceiro trimestre já havia superado na margem a produção do primeiro, a população ocupada no setor ainda estava 10,7% inferior aos primeiros três meses do ano. Mesmo considerando o trimestre móvel encerrado outubro – último dado disponível – em que houve uma ligeira recuperação do emprego, o nível ainda se encontrava mais de 8% abaixo do patamar pré-pandemia. A indústria foi responsável por firmar 3,9 milhões de acordos dentro do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, equivalente à 25% dos acordos do programa[22]. Com o fim do programa, há uma expectativa de ampliação do desemprego, passado o período de carência das cláusulas contratuais de estabilidade.

20 https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/saiba-tudo-sobre-o-pronampe,90300604aa332710VgnVCM1000004c00210aRCRD

21 https://valor.globo.com/financas/noticia/2021/01/04/credito-a-empresas-registra-expansao-em-quase-todos-os-setores-da-economia-aponta-bc.ghtml

22 https://www.poder360.com.br/economia/programa-de-manutencao-do-emprego-injetara-r-2-bi-na-economia-ate-fevereiro/

Gráfico 6: População ocupada na indústria (milhares) (eixo esquerdo) x Produção Industrial (eixo direito)



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A letargia da recuperação do mercado de trabalho também piora as condições de uma retomada consistente da produção, uma vez que o principal mercado consumidor da indústria brasileira é o mercado doméstico. O cenário pouco animador do mercado de trabalho, somado ao fim do auxílio emergencial são preocupantes para a manutenção da demanda interna, trazendo incertezas para o cenário de 2021.

No cenário externo, a aceleração da atividade econômica chinesa a partir de abril contribuiu para a retomada da indústria brasileira. Seu efeito transcorreu, sobretudo, sobre o segmento da mineração - da indústria extrativa - que tem a potência asiática como principal destino da produção. A recente alta dos preços do minério de ferro no mercado internacional – que atingiu pico da série histórica em dezembro, ultrapassando 170 dólares/tonelada - também contribuiu para a recuperação do ramo, e pode ser em parte explicada pela diferença temporal da pandemia na China e no Brasil e o controle centralizado para ações enérgicas de garantia do isolamento social: enquanto a demanda chinesa estava em aceleração com a rápida contenção da pandemia, a oferta brasileira estava restrita dado o quadro crítico da pandemia no Brasil. A forma coordenada e centralizada de operação para a garantia da dissipação do vírus, logrou à sociedade chinesa um período mais curto de paralisia econômica, e a retomada mais célere do crescimento[23].[6] A recuperação da indústria extrativa, contudo, não foi mais expressiva pela queda da produção de

23 https://bricspolicycenter.org/os-efeitos-da-pandemia-no-mercado-internacional--de-minerio-de-ferro/

petróleo, ocasionada pela manutenção de elevada capacidade ociosa ao longo do ano todo, em um cenário de desaquecimento da demanda global e permanência de preços rebaixados - abaixo de 60 dólares/barril - durante todo o ano.

Como fator limitante à recuperação industrial, o patamar sobredesvalorizado do câmbio ao longo do ano representou uma dificuldade para os segmentos da indústria que dependem da importação de insumos, elevando os custos. Mesmo que o câmbio desvalorizado represente uma maior oportunidade para a exportação e enseje estímulos à compra de bens no mercado nacional, o efeito sobre os custos se sobrepôs, trazendo dificuldades para a indústria. Analisando a balança comercial de produtos industrializados, o resultado positivo do saldo nos últimos meses do ano reflete muito mais uma queda brusca das importações do que uma ampliação das exportações. No acumulado do ano, as exportações da indústria extrativa caíram 2,7% e da indústria de transformação também registraram queda de 11,3%. Contudo, as importações caíram 41,2% e 7,7% respectivamente, sinalizando o baixo dinamismo da indústria durante o ano[24].[7] Ou seja, estamos com um dos menores déficits em Transações Correntes de nossa história, mas por um motivo contraditório, já que a redução da diferença não é sustentada por uma economia que se torna mais competitiva no cenário internacional, mas pela incapacidade de manutenção do mesmo padrão de importação.

A recuperação da indústria ao longo do segundo semestre, contudo, não aponta necessariamente um cenário animador para 2021. O ano se iniciou com a saída da Ford do Brasil e manutenção dos investimentos nos países vizinhos, Argentina e Uruguai. A movimentação reacendeu o debate da desindustrialização brasileira e do ambiente desfavorável à indústria. Diversas análises passaram a ser feitas sobre quais as razões do solo brasileiro estar tão pouco fértil às indústrias. Por parte do governo, as decisões têm natureza exclusivamente empresarial e microeconômicas. Por parte do *mainstream* do mercado, as razões estariam no elevado "custo Brasil", composto por custos tributários, jurídicos e trabalhistas, mesmo que o país tenha passado recentemente pelas reformas trabalhista e previdenciária. Outras análises apontam os problemas relacionados ao elevado custo cambial[25]. Economistas críticos ao *mainstream* apontam os empecilhos da sobreposição disfuncional de regras fiscais e o abandono de políticas macroeconômicas e industriais de estímulo

24 https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/01/balanca-comercial-fecha-2020-com-superavit-de-us-50-9-bilhoes#:~:text=Em%202020%2C%20a%20balan%C3%A7a%20comercial,foi%20de%20US%24%2048%20bilh%C3%B5es.

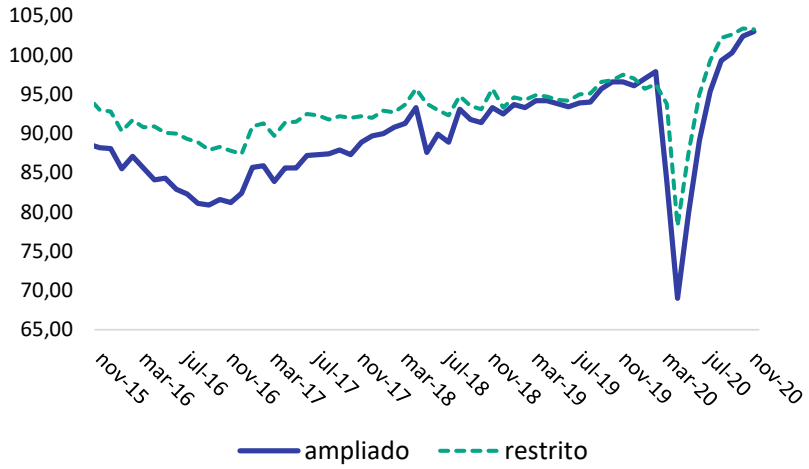
25 https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/01/12/analise-caso-ford-expoe--falta-de-competitividade-da-industria-no-brasil.ghtml

para investimentos e aumento da densidade tecnológica. Integrantes desse grupo também destacam o potencial e a participação do mercado interno brasileiro, que sempre foram essenciais para mover a indústria doméstica. Em um cenário de elevado desemprego, aumento das desigualdades e empobrecimento da população, a agenda para a indústria brasileira caminha junto com a recuperação do mercado de trabalho e da demanda doméstica. De toda maneira, o debate sobre a recuperação industrial deve ter relevância no plano econômico em 2021.

COMÉRCIO

O setor comercial foi fortemente impactado pelas medidas de isolamento social e pelos efeitos sobre o mercado de trabalho. A queda acumulada das vendas do varejo de fevereiro a abril foi de 29,1%, na comparação livre de efeitos sazonais. O setor recuperou o nível pré-pandemia apenas em agosto e em novembro – último dado disponível – registrou +5,2% em relação a fevereiro, descontada a sazonalidade da atividade. A aparentemente rápida retomada do setor no início do ano observou recentemente um arrefecimento das elevadas taxas de crescimento mensais. De maio a agosto o crescimento médio registrado foi de 11,0% ao mês (em termos dessazonalizados); desacelerou em setembro e outubro - crescendo apenas 1,6% ao mês, na mesma comparação; e, em novembro - último dado disponível – cresceu apenas 0,6%. A queda das taxas de crescimento é esperada, uma vez que o efeito da baixa base de comparação é eliminado, conforme a atividade é retomada e o indicador volta a subir. Contudo, a perda de força da recuperação tem motivado a discussão de se a recuperação que aparentava ter um formato de “V”, na realidade, não será em forma de “raiz quadrada”, com estagnação após um breve período de crescimento mais acentuado.

Gráfico 7: Volume das vendas do varejo com ajuste sazonal. Índice de base fixa (2014=100)



Fonte: IBGE. Elaboração própria. O Índice "ampliado" inclui vendas de veículos, motocicletas, parte e peças e material de construção civil (que estão fora da contagem do índice "restrito").

O principal motor da retomada do setor foi o Auxílio Emergencial, que garantiu renda e amenizou os impactos da pandemia e, inclusive, possibilitou que alguns segmentos do comércio tivessem crescimento com relação à 2019. No 3º trimestre, o setor apresentou crescimento de 4,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4º trimestre, ainda que o ritmo de crescimento na margem (mês a mês) tenha arrefecido, fruto da queda da renda disponível para as famílias com o corte do auxílio emergencial, é esperado um crescimento em relação ao mesmo período de 2019.

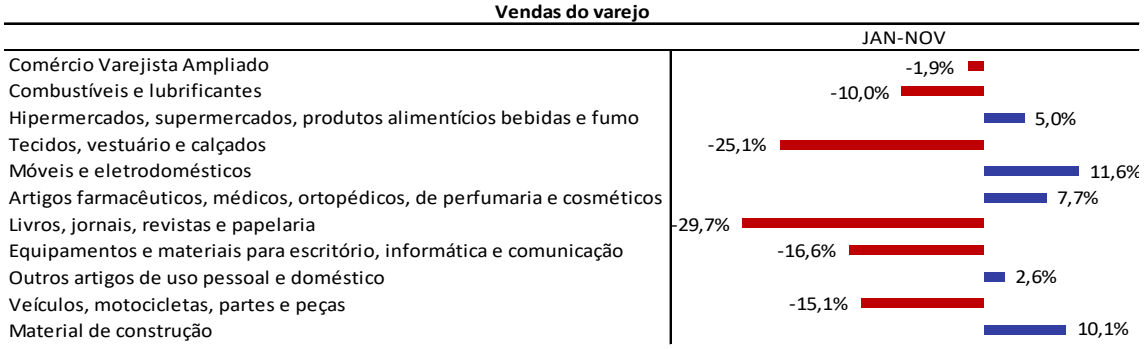
Nesse sentido, o fim do auxílio, sem a recuperação do mercado de trabalho, pode comprometer a retomada do comércio. O pesquisador Daniel Duque, do IBRE-FGV, aponta que com o encerramento do programa entre 10% e 15% da população deve ser levada à pobreza extrema, o que representa entre 20 e 30 milhões de pessoas[26], resultado desastroso do ponto de vista social e econômico. Também será encerrado em fevereiro de 2021 o Programa de Manutenção do Emprego e Renda, adicionando outro elemento para o desaquecimento da demanda interna. O fim de tais programas pode impedir a recuperação do setor e até mesmo provocar uma nova queda da atividade. As incertezas em relação à vacinação também agravam os riscos quanto a recuperação do comércio, uma vez que com o avanço da segunda onda de contaminações no país as medidas de isolamento social tendem a retornar sem previsão de normalização.

26 https://www.dw.com/pt-br/sem-aux%C3%ADlio-emergencial-brasil-deve-ter-mais-de-20-milh%C3%B5es-em-pobreza-extrema/a-56220720

A partir da análise segmentada do comércio no ano, verifica-se o avanço mais expressivo nos segmentos mais relacionados à subsistência – mais impactados pelo Auxílio – que chegaram até a apresentar alta em relação ao ano de 2019. Segundo Rafael Cagnin, economista do IEDI, "As pessoas deixaram de consumir em serviços e direcionaram seus gastos para outros itens, principalmente os de primeira necessidade, em supermercados e farmácias, que não tiveram restrições de funcionamento no primeiro semestre[27]". Podemos observar isso a partir do desempenho do segmento de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que registrou alta de 5,0% no acumulado até novembro – último dado disponível - e de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, que se expandiu 7,7%, na mesma comparação. Outro caso é o de móveis e eletrodomésticos, impulsionados pelas maiores demandas domésticas das famílias com o isolamento social.

Por outro lado, bens considerados menos essenciais apresentaram quedas bruscas, como é o caso de livros, jornais, revistas e papelaria (-29,7%), tecidos, vestuário e calçados (-25,1%), equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-16,6%) e combustíveis e lubrificantes (-10,0%), este último impactado pela alta dos preços dos combustíveis e pela queda dos serviços de transporte.

Gráfico 8: Variação acumulada de janeiro a novembro de 2020 em comparação com mesmo período de 2019 do volume de vendas do varejo por atividades.



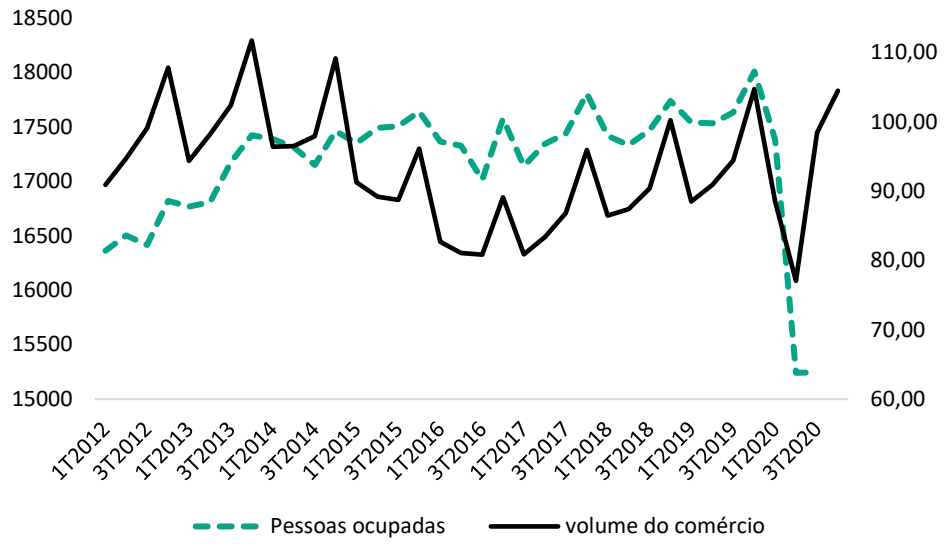
Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A inflação do preço dos alimentos e a redução do auxílio no fim do ano, contudo, restringiram maior expansão do comércio, que vinha sendo puxada sobretudo pelo consumo das famílias de baixa renda. Assim como na indústria, a recuperação do volume do comércio não foi acompanhada pela recuperação do emprego, que

27 https://valor.globo.com/grandes-grupos/noticia/2020/12/30/comercio-tem-oti-mismo-moderado-com-sinais-positivos.ghtml

permaneceu estagnado no vale no terceiro trimestre, sem apontar para grande recuperação no mês de outubro.

Gráfico 9: População ocupada no comércio (milhares) (eixo esquerdo) x Volume do comércio (eixo direito)



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Outra característica foi a expansão do e-commerce, que teve desempenho muito melhor que as outras categorias. Segundo o índice Cielo de Varejo Ampliado, enquanto os outros segmentos demoraram a se recuperar, o e-commerce, excluindo turismo e transporte – diretamente impactados pelo isolamento, registrou alta acima de 30% com relação a fevereiro em todos os meses seguintes até outubro (último dado disponível)[28].

Uma característica do e-commerce é ser poupador de mão-de-obra, podendo uma eventual persistência dessa categoria em patamar elevado, mesmo após o fim do isolamento, prejudicar o mercado de trabalho. O setor do comércio foi o segundo setor a realizar mais acordos trabalhistas de manutenção do emprego com o Programa de Manutenção de Emprego e renda, tendo sido utilizado por 4,7 milhões de trabalhadores, aproximadamente 24,7% dos acordos firmados. O Programa deve ser encerrado em fevereiro, e a incerteza com relação ao retorno das atividades e à vacinação pode levar a uma perda de renda e empregos generalizada.

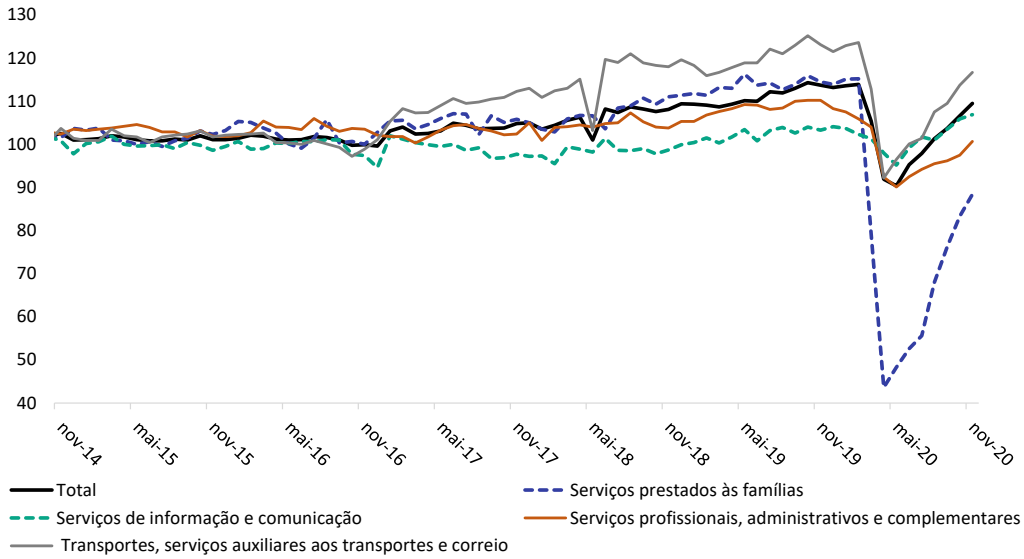
28 https://www.cielo.com.br/boletim-cielo-varejo/

SERVIÇOS

O setor de serviços foi o setor mais impactado pela pandemia e o único que ainda não retomou o patamar de fevereiro. A queda acumulada de fevereiro a abril foi de 17,3%, livre de efeitos sazonais, e em novembro – último dado disponível – o setor ainda estava 3,9% abaixo do patamar pré-pandemia. Apesar da tendência de recuperação, a letargia da retomada do setor é preocupante pois é responsável por 70% da economia brasileira e mais de 50% dos empregos. O resultado do setor é o principal responsável pela queda do PIB no ano. No acumulado de janeiro à novembro, o volume de serviços no país se encontrava 8,3% abaixo do observado em 2019, em comparação com o mesmo período.

Entre os segmentos, o que foi mais impactado pela pandemia foi o de serviços prestados às famílias - muito prejudicado pelo isolamento social - que caiu 62,0% ao todo e ainda está 25,8% abaixo do patamar de fevereiro, na comparação dessazonalizada. Por outro lado, o segmento de serviços de informação e comunicação - essencial durante o período da quarentena e para as adaptações de teletrabalho - registrou uma queda bem menor, de 4,9%, e em novembro já estava 2,6% acima do patamar de fevereiro. Já o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio também esteve entre os maiores impactados pela pandemia e restrições de atividades presenciais, com queda de 23,2%, porém acusa alta mais expressiva recentemente impulsionado pelas vendas online e pelo desempenho do setor agrícola, estando atualmente 5,0% abaixo do patamar de fevereiro.

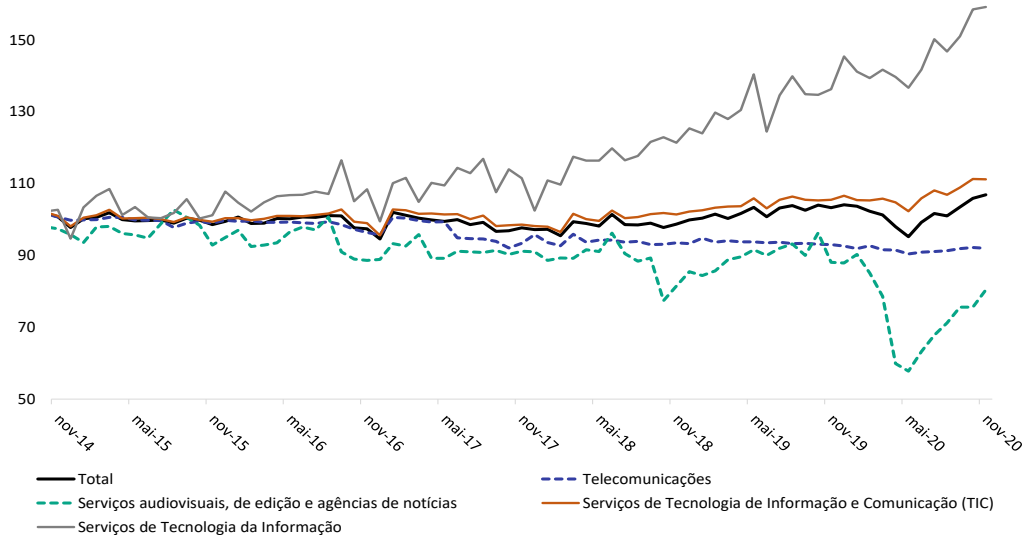
Gráfico 10: Volume de serviços por categoria – Índice de base fixa (2014=100)



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Mesmo dentro dos segmentos, as diferentes atividades tiveram desempenho bastante diferente, a depender da essencialidade que passou a ter durante a pandemia. Internamente ao segmento de informação e comunicação, as atividades de tecnologia da informação apresentaram crescimento ao longo do período todo, por terem se tornado mais essenciais, acumulando alta de 2,2% de janeiro à novembro, em comparação com mesmo período de 2019. Em sentido oposto, serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias tiveram queda significativa, acumulando queda de 18,6%, na mesma comparação.

Gráfico 11: Volume de serviços de informação e comunicação – Índice de base fixa (2014=100)



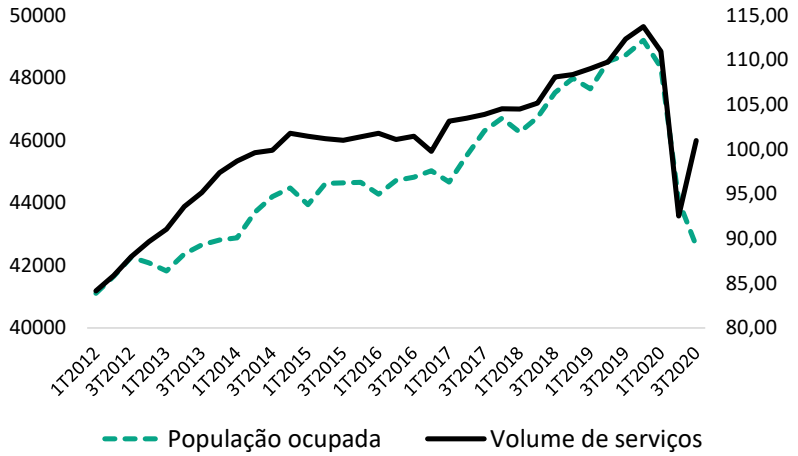
Fonte: IBGE. Elaboração própria.

O isolamento representou uma grande dificuldade para o setor, que tem boa parte da dinâmica presencial, tendo conseguido terem melhores desempenho os segmentos que conseguiram se adaptar. A queda da renda e o elevado desemprego também impactaram negativamente o setor, sobretudo de serviços não essenciais que foram cortados pelas famílias, enquanto os gastos com bens essenciais se elevaram. Com o corte do auxílio emergencial pela metade, o ritmo de recuperação do setor já arrefeceu, passando de uma média de crescimento de 3,4% ao mês entre junho e setembro, na comparação livre de efeitos sazonais, para média de 1,6% ao mês em outubro e novembro, na mesma comparação.

No mesmo sentido da indústria e do comércio, o emprego no setor de serviços demonstrou poucos sinais de recuperação e, inclusive apresentou tendência de queda no terceiro trimestre. Mesmo com a morosidade da recuperação do setor, o

emprego descolou da atividade, reflexo dos setores que têm puxado a recuperação serem mais escassos em mão de obra e do crescimento da informatização no setor. Os serviços foram onde houve maior utilização dos acordos do Programa de Manutenção do Emprego, sendo responsáveis por 51% dos acordos firmados, o que representa 9,7 milhões de trabalhadores.

Gráfico 12: População ocupada no setor de serviços (eixo direito) x volume de serviços (eixo esquerdo)



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A retomada da atividade no setor serviços está comprometida tanto em relação à vacinação e eventuais medidas restritivas mais rígidas no início do ano por conta da escalada de novos casos de coronavírus pelo país, quanto pela retomada da renda das famílias. O corte do auxílio emergencial em janeiro sem substituição por outro programa de renda, somado ao fim do Programa de Manutenção do Emprego, sem perspectiva de retomada robusta das contratações devem dificultar a recuperação do setor, que ainda se encontra abaixo do nível pré-pandemia.

AGROPECUÁRIA

Diferentemente dos demais setores, a agropecuária registrou expansão no ano de 2020. A última projeção do IPEA para crescimento do PIB agro no ano é de +1,5%. O resultado foi motivado tanto pela safra recorde, em especial de cereais, quanto pela alta dos preços dos alimentos. A desvalorização do câmbio ainda que tenha implicado em elevação dos custos de produção com encarecimento dos insumos importados, favoreceu as exportações, provocando uma balança comercial com superávits recordes. A exportação de produtos agropecuários aumentou 6,0% e as importações diminuíram 3,9%. Contudo, levando em consideração as exportações do agronegócio como um todo – ou seja, incluindo carnes e açúcares, que são contabilizados na balança industrial – a expansão foi de 9,9% em volume, o que representou um aumento de 4,1% no valor. [8]

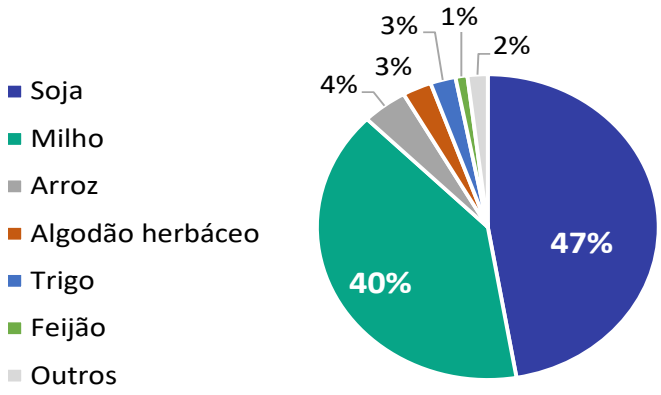
Tabela 18: Produção das lavouras dos principais produtos agrícolas (toneladas) – estimação IBGE (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola)

Produção das lavouras dos principais produtos (t)		
	Safra 2019	Safra 2020
Cana-de-açúcar	667,53	677,92 ↑
Soja	113,49	121,52 ↑
Milho	100,57	103,24 ↑
Arroz	10,26	11,05 ↑
Algodão herbáceo	6,89	7,09 ↑
Banana	7,11	6,72 ↓
Mandioca	7,32	6,7 ↓
Trigo	5,23	6,16 ↑
Café	3	3,72 ↑
Feijão	3,04	2,89 ↓
Sorgo	2,6	2,75 ↑
Aveia	0,91	0,93 ↑
Fumo	0,76	0,7 ↓
Amendoim	0,56	0,69 ↑

Fonte: IBGE. Valores estimados em dez/2020. Elaboração própria.

A estimativa do IBGE para a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2020 é de 254,1 toneladas[9], que representa um incremento de 5,2% com relação à safra de 2019. A soja, o arroz e o milho, principais produtos do segmento, tiveram altas de 7,1%, 7,7% e 2,7%, respectivamente, em comparação com 2019.

Gráfico 13: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2020 (estimada – IBGE)



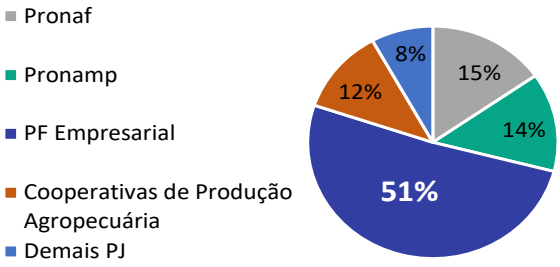
Fonte IBGE. Valores estimados em dez/20. Elaboração própria.

Em contrapartida, a produção pecuária apresentou desempenho negativo no ano. Segundo análise do IPEA[29], o resultado de um lado pode ser explicado pela redução na oferta, decorrente do ano de recomposição do rebanho em função das elevadas exportações para a China no ano anterior e, de outro, da menor demanda em decorrência da pandemia, sobretudo de carnes nobres.

Ainda segundo o IPEA, a agropecuária foi beneficiada pela forte expansão do crédito, aproximadamente 20% maior que a observada em 2019, o que possibilitou um maior volume do crédito rural destinado para investimentos e custeio. A expansão do crédito foi facilitada pela maior liquidez no setor financeiro e foi liderada por bancos públicos, que foram responsáveis por aproximadamente 50% dos créditos liberados ao setor. Entretanto, a distribuição do crédito reforçou uma característica árdua da agropecuária brasileira que é a concentração de recursos. Do total de crédito liberado, mais da metade foram para a categoria "PF empresarial", que engloba produtores com renda bruta agrícola (RBA) superior a R$2 milhões. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), faixa de produtores com até R$415 mil de RBA, por sua vez, ficou com apenas 15%.

29 https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/201124_cc_49_nota_21_agropecuaria.pdf

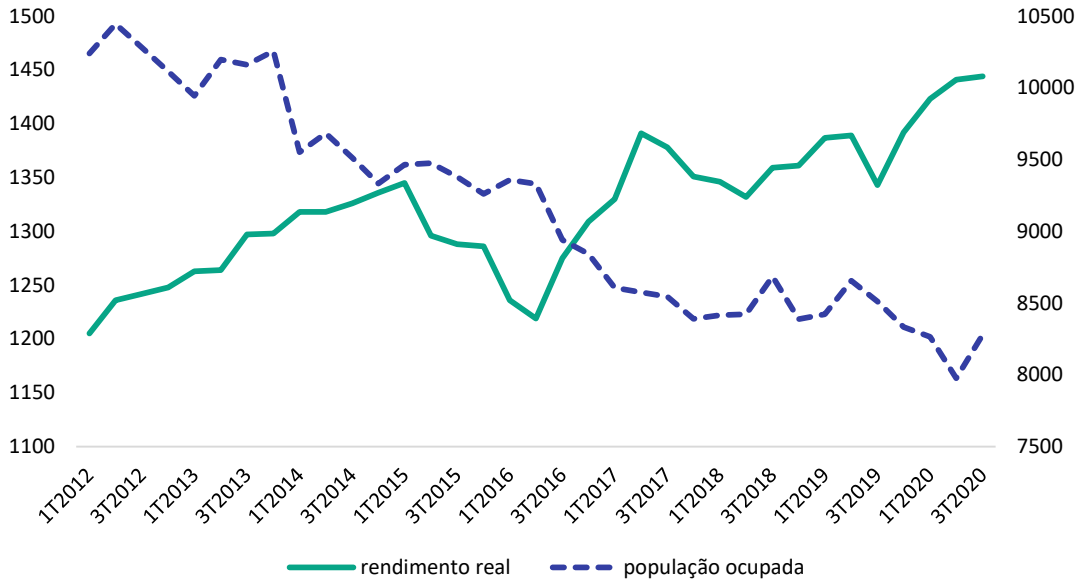
Gráfico 14: Distribuição do crédito rural ano-safra (julho-outubro) 2020



Fonte: IPEA. Elaboração própria.

Embora a agropecuária tenha sido o único setor em que a população ocupada no terceiro trimestre foi ligeiramente superior ao primeiro (+0,2%), e 3,8% superior ao segundo, a alta na margem não parece apresentar uma reversão da tendência de queda da dos empregos no setor. Levando em conta a média dos três primeiros trimestres do ano, as vagas no setor acumulavam queda de -4,2% na comparação com o mesmo período de 2019. Os rendimentos reais habitualmente recebidos, em outro sentido, apresentaram tendência de alta, com expansão acumulada de 4,6% na mesma comparação. A combinação de menos empregos com rendimentos maiores acusa uma tendência de ainda maior concentração de renda no setor.

Gráfico 15: Rendimento real habitualmente recebido na agropecuária (eixo esquerdo) x População ocupada na agropecuária (eixo direito)



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Outro fator que chamou atenção durante o ano foi a alta dos preços dos alimentos, muito superior a inflação geral da economia. Enquanto o subgrupo dos componentes do IPCA "Alimentação no domicílio" teve alta de 18,2% na média do ano, o índice geral fechou o ano em +4,5%. Os produtos que mais impactaram no resultado foram o óleo de soja (103,79%), o arroz (76,01%), o leite longa vida (26,93%) e as carnes (17,97%). Além desses, outros produtos que também possuem peso importante na cesta de consumo brasileira como a batata-inglesa (67,27%) e o tomate (52,76%) também tiveram fortes elevações em 2020.

Como causas da alta dos preços dos alimentos, podemos destacar de um lado, a desvalorização do real, que incentivou a expansão das exportações, reduzindo a oferta interna. De outro, tem sido destacado por alguns economistas (e até por Paulo Guedes)[30]que o aumento da demanda interna, com a expansão do consumo das famílias impulsionado pelo Auxílio Emergencial, teria elevado a demanda sobretudo de bens de primeira utilidade.

Esse quadro reacendeu o debate da segurança e soberania alimentar, questão patente ao país, que retornou ao mapa da fome em 2018[31]. Em um ano que a produção nacional de alimentos atingiu recordes, parte da população enfrentou dificuldades de comprar alimentos. Essa dificuldade que só não foi traduzida efetivamente em elevação da fome por conta das medidas de proteção social tomadas durante a pandemia, em especial o auxílio emergencial. Com o fim das políticas de renda emergenciais e a perspectiva de empobrecimento da população, sem que haja perspectiva de queda dos preços dos alimentos à vista, a fome passa a ser um risco para o Brasil em 2021. Nesse cenário, a formulação de políticas de segurança alimentar se torna pauta ainda mais urgente.

Outra questão diretamente impactada pela expansão da agropecuária é a pauta ambiental. O ritmo do desmatamento acelerado e a expansão das queimadas na Amazônia são objeto de grande preocupação tanto aqui, quanto no restante do mundo, e tratado, até pouco tempo, com descaso por parte do governo. A estimativa feita pelo INPE para o desmatamento da Amazônia Legal Brasileira em 2020 é de 11.088km², o que representa uma expansão de 9,5% com relação à 2019, ano em que o desmatamento apresentou alta de 34,4%. Para além dos motivos de

30 https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2020-11/guedes-atribui-ao-auxilio-emergencial-aumento-do-preco-dos--alimentos#:~:text=Os%20alimentos%20foram%20os%20principais,e%20do%20arroz%2C%2018%25.

31 https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/09/17/ibge-confirma-que-pas-voltou-ao-mapa-da-fome-em-2018-diz-pesquisador.ghtml

preocupação óbvios com o quadro ambiental, a política ambiental do governo Bolsonaro tem trazido preocupação quanto à política externa e comercial, com riscos de retaliação de outros países pelo não cumprimento do Acordo de Paris[32].

FINANCEIRO

O setor financeiro foi o primeiro a ser duramente impactado pelos efeitos da pandemia, mais vulnerável ao quadro internacional. Já em 9 de março, quando sequer havia óbitos por coronavírus no Brasil a bolsa de valores brasileira registrou o primeiro *"circuit breaker"* do ano, dispositivo que não era acionado desde o "Joesley day", e maior queda da B3 desde 1998[33]. Nesse dia, os mercados já receosos por conta da rápida disseminação da crise do coronavírus, responderam à decisão da Opep de cancelar os cortes de produção de petróleo, que levaram a um desabamento dos preços da commodity em -24,1%. Nesse primeiro dia de interrupção das operações da bolsa, a Petrobras foi a empresa mais atingida, perdendo mais de 90 bilhões em valor de mercado[34].

Os dias que se sucederam foram dias de novos *"circuit breakers*"; ao todo, o dispositivo foi acionado 6 vezes entre o dia 9 e o dia 18 de março, mesma quantidade ao longo de outubro de 2008, mês crítico da crise do *subprime.* A declaração de pandemia pela OMS, o crescimento acelerado de casos e mortes de coronavírus pelo mundo e sobretudo nos EUA, cortes inesperados de juros pelo *Federal Reserve* (FED) e pelo Banco Central Europeu, agravaram o temor e a incerteza no mercado financeiro que passou a prever uma recessão global, culminando na semana de interrupções sucessivas da bolsa. Nessa mesma semana, ocorreu o primeiro óbito por coronavírus no Brasil, coincidindo com o início de medidas de isolamento social em alguns estados.

O setor financeiro foi o primeiro a cair, mas também o primeiro a dar sinais de retomada enquanto os setores produtivos ainda patinavam. A recuperação, mesmo que lenta e gradual, foi motivada justamente pelas respostas – internas e externas – à crise, com o anúncio de grandes pacotes para "salvar" a economia. Externamente, destacam-se o pacote fiscal de US$ 2 trilhões anunciado pelo

32 https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/10/08/possivel-veto-da-uniao-europeia-a-acordo-com-mercosul-em-razao-da-politica-ambiental-repercute-no-senado

33 No contexto da moratória russa.

34 https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/03/09/ibovespa-abre-em-forte-queda-refletindo-petroleo-e-pressionado-por-petrobras.ghtml

Congresso estadunidense[35] e a injeção de liquidez com as taxas de juros próximas de zero ou mesmo negativas promovidas pelos bancos centrais do mundo – em especial, FED e BCE.

Internamente, foi anunciado um pacote de R$ 1,2 trilhão de injeção de liquidez ao sistema financeiro, assim como o corte de 0,75 pontos da Selic. Entre as medidas, destacam-se a flexibilização de crédito e congelamento de dívidas pela Caixa Econômica Federal, o pacote de liquidez do BNDES para socorrer empresas, e a liberação de R$135 bilhões ao sistema financeiro pelo Banco Central por meio de mudanças nos compulsórios[36]. A partir de então, o Ibovespa operou em alta até atingir novamente patamar próximo ao pré-crise no início de julho.

Interrompendo a trajetória de recuperação, a partir de agosto, a bolsa de valores entrou em um novo momento de turbulência. A incerteza com relação à continuidade do Auxílio Emergencial – reconhecidamente responsável por sustentar a demanda doméstica durante a pandemia – somou-se à instabilidade política que marcou a gestão da crise como um todo até atingir mais diretamente a economia. As demissões do corpo do governo que já haviam passado pelas pastas da saúde, educação, justiça, entre outras, chegaram à pasta econômica com o desligamento dos secretários especiais de Desestatização e Privatização, Salim Mattar, e de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Paulo Uebel, gerando reação do mercado nas operações das ações. Junto do quadro interno instável, a entrada no segundo semestre também foi um momento de crescimento do risco no cenário externo, com o início da segunda onda de contaminações na Europa, levando a novas quedas do Ibovespa, ainda que mantida em patamar muito superior ao de março.

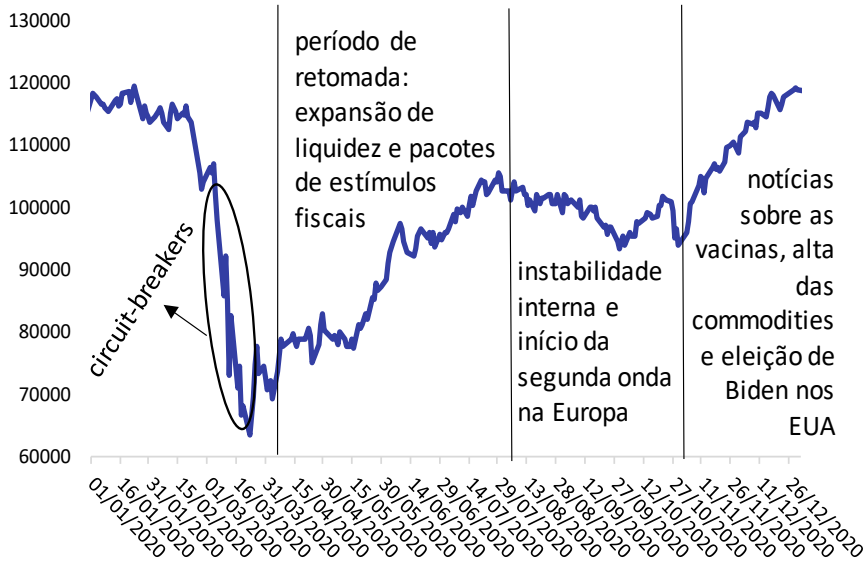
Nos últimos meses do ano – novembro e dezembro – a bolsa apresentou tendência de alta. Analistas da XP Investimentos apontam como fatores determinantes para a trajetória as eleições de Joe Biden, nos Estados Unidos, o avanço no desenvolvimento de vacinas contra o coronavírus, e o direcionamento do capital para setores mais impactados pela crise do coronavírus, a exemplo de instituições financeiras e das commodities[37]. Esse direcionamento auxiliou a recuperação brasileira, pelo peso que esses segmentos têm na carteira da B3. Esse movimento foi reforçado por acompanhar a alta das cotações de commodities, o que beneficiou as ações da Petrobras e da Vale, que possuem grande relevância na bolsa de valores brasileira.

35 https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/03/27/trump-sanciona-pacote-de--estimulo-economico-de-us-2-trilhoes.ghtml

36 https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/novas-medidas-de-bancos-buscam-impacto-positivo-para-as-mpe,539d51f30ec01710VgnVCM1000004c00210aRCRD

37 https://www.infomoney.com.br/mercados/ibovespa-retoma-o-nivel-pre-carnaval-e-fecha-semana-com-alta-de-29-dolar-cai-a-r-512/

Gráfico 16: Índice Ibovespa – cotação diária



Fonte: InfoMoney. Elaboração própria.

Com relação ao setor bancário, o centro da atuação esteve em transmitir a forte expansão do crédito, a partir das políticas do governo federal. Entre março e dezembro, o total das operações de crédito atingiu R$ 3,4 trilhões. Segundo a Febraban, considerando a média por dia útil, houve uma alta de 34,5% durante o período para concessões para Pessoa Jurídica (considerando renovação e adiamento de parcelas), em comparação com o mesmo período de 2019. Ao todo, as concessões de crédito do setor bancário para micro e pequenas empresas totalizaram R$ 325,2 bilhões[10].

Outro processo que marcou o setor bancário no ano foi a aceleração da digitalização dos serviços financeiros. Uma primeira consequência trazida a partir desse movimento foram as diversas inovações tecnológicas financeiras, sobretudo no segmento de Open Banking. Essas mudanças vêm sendo favorecidas e impulsionadas por alterações na regulação do setor, com a redução de barreiras aos novos entrantes e a facilitação da criação de contas bancárias digitais. Grande exemplo dessas mudanças é o PIX, forma de cobrança e pagamento intrabancário sem taxas ao consumidor. Em pesquisa realizada pela EY em setembro, houve um aumento de 67% no uso de aplicativos de bancos, de 54% nos meios de pagamento online, e 43% dos consumidores entrevistados afirmam terem sofrido uma mudança significativa na forma com que usam serviços financeiros depois do início da pandemia[38].

38 https://www.ey.com/pt_br/financial-services/transformacao-do-setor-bancario

Em contrapartida, há uma consequência perversa desse processo que é o fechamento das agências físicas, culminando em demissões em massa realizadas pelos bancos. Essa consequência agrava as perspectivas críticas para o mercado de trabalho brasileiro. Em 2020, os três grandes bancos privados – Bradesco, Santander e Itaú – fecharam juntos cerca de mil agências. Em 12 meses, a redução do número de funcionários com demissões, somando os três bancos, chegou em 11.173[39].

39 https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bancos-fecham-mil-agencias-este-ano-por-conta-de-pandemia-e-avanco-da-digitalizacao,70003513191

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS A AÇÕES PARA 2021

Frente ao diagnóstico apresentado, as perspectivas para 2021 não são muito animadoras. Se não é correto afirmar, por um lado, que crescimento econômico é suficiente para reduzir as desigualdades sociais, por outro lado, crise e estagnação são, por natureza, mais concentradoras de renda, na medida em que atingem fortemente o nível de expectativas, deprimem o investimento e ocasionam mais restrições à oferta de trabalho. Dessa forma, em face da crise brasileira e sua resiliência, somente o Estado é capaz de levar adiante um conjunto de políticas anticíclicas que não apenas atuem sobre o nível de atividade econômica, senão que proteja os mais vulneráveis da dinâmica recessiva.

Nosso balanço, de forma geral, aponta para a importância das políticas macroeconômicas na contenção dos danos da crise, em especial no cessar das regras fiscais e permissão do aumento do nível de gastos, que deu origem a principal política pública, capaz de salvar vidas e salvar a economia: o auxílio emergencial. A liberação do crédito e a queda na taxa básica de juros também foram políticas importantes e contribuíram para que a queda do PIB não fosse ainda maior. No entanto, como já apontamos, há limitações à atuação da política monetária em períodos de crise, em face da contração do investimento, principalmente em uma economia com grau elevado de incerteza e ausência de um plano bem delineado de retomada do crescimento econômico.

O auxílio emergencial, no entanto, sozinho não foi capaz de sustentar a demanda agregada e o emprego, e a redução do benefício pecuniário já demonstrou efeitos na desaceleração da atividade econômica, em especial nos dados relativos ao comércio. Faltaram, nesse sentido, medidas mais enérgicas, principalmente do ponto de vista da sustentação do emprego e da renda.

Para 2021, no entanto, não há ainda delineado um plano de ação, que envolva medidas emergenciais e estruturais, tanto para contornar o desequilíbrio fiscal quanto para garantir crescimento sustentado, amparado no aumento de competitividade, na geração de emprego e na redução das desigualdades sociais, alargando o espaço de dinamismo via mercado interno. O recurso cotidiano à retórica das “reformas estruturais” não é suficiente para enfrentar os dilemas econômicos de curto e longo prazo, principalmente por grande parte das reformas propagarem o equilíbrio fiscal apenas pelo lado do gasto, que se mostrou como um elemento de mais depressão da demanda agregada e aumento das desigualdades.

Se por um lado a pressão sob os preços deve ceder, com expectativas de que a inflação em 2021 fique no centro da meta, por outro, as expectativas amparadas

nos Boletins Focus sinalizam uma elevação da taxa básica de juros para 3,5% até o fim de 2021. Juros mais elevados caminham na contramão da elevação do investimento e do consumo, além de encarecerem ainda mais o custo da dívida, que deverá acompanhar a economia brasileira pelos próximos anos.

Como possível facilitador da retomada, o comércio externo pode exercer influência positiva sobre o desempenho da economia brasileira em 2021. A vacinação em massa nas principais economias mundiais tem o potencial de criar espaço para uma aceleração da atividade global, podendo impulsionar a economia brasileira tanto pela possível retomada e intensificação dos fluxos de capitais e investimentos externo nos países emergentes, quanto pela expansão da demanda mundial. Sobretudo a demanda chinesa – já em aceleração nos últimos trimestres de 2020 – pode ser o motor de um boom de commodities, podendo exercer forte estímulos sobre as exportações brasileira. A capacidade de aproveito de um possível cenário externo favorável, no entanto, dependerá da capacidade de articulação política e da política externa do governo brasileiro, que não tem demonstrado essa habilidade com relação ao nosso principal parceiro comercial.

As perspectivas de mercado para o ano de 2021 têm sugerido que a economia brasileira deve crescer 3,5% no acumulado do ano. No entanto, parte expressiva desse montante deve-se ao carregamento estatístico, em função da base de comparação estar deveras deprimida.

Acreditamos que a retirada abrupta dos estímulos fiscais, em especial o auxílio emergencial – principalmente em fase do aumento da média de infectados – deve jogar contra a retomada do crescimento. Até mesmo o FMI, que ninguém pode duvidar do seu compromisso com agendas de austeridade fiscal, tem insistido para que economias como a brasileira - endividadas na própria moeda -, cessem os estímulos fiscais, já que os efeitos da pandemia não se encerram com o fim da propagação do vírus, mesmo contando com a vacina. Ainda que a manutenção do auxílio emergencial ou alguma outra alternativa no campo da transferência de renda elevem o endividamento público no curto prazo, no longo prazo esses estímulos também elevam a base da razão dívida/PIB, podendo reduzir a proporção do endividamento mesmo que ele se eleve do ponto de vista nominal, pelo seu efeito de expansão no denominador.

Em que pese a elevada proporção do endividamento em relação ao PIB, a taxa básica de juros em um patamar de 2% e cessão do aumento dos juros na curva de longo prazo, apontam para o melhor cenário de elevação da dívida, levando em consideração seus efeitos de estímulo sobre o crescimento e o baixo custo do seu financiamento. O Tesouro Nacional não tem tido problemas com a sua capacidade de financiamento, que fica expresso pelo sucesso dos últimos leilões

de dívida pública. Assim, o risco de os agentes não estarem dispostos a carregar o endividamento reais fica dirimido. Há muita liquidez no mercado internacional e a procura por títulos públicos, em momentos de incerteza, permanece assegurada, ainda que com taxas de juros reais negativas.

Na opinião do Centro de Estudos Econômicos do IREE (CEE/IREE) deve haver, para 2021, um combinado entre a contenção de algumas despesas com aumento mais que proporcional da capacidade de arrecadação, que pode ser obtida via aprovação de uma reforma tributária que recomponha a capacidade fiscal do Estado e promova justiça social, o que é possível com uma reforma que reduza a tributação regressiva sobre o consumo e da renda dos salários mais baixos, e avance sobre a tributação direta, especialmente no que tange ao patrimônio e os lucros e dividendos da Pessoa Física.

Sugerimos a construção de uma Plano de Emergência somado a um programa de transformações de médio e longo prazo da economia brasileira, enfrentando nossos gargalos estruturais e abrindo caminho para a retomada do crescimento econômico. Flexibilizar o teto de gastos é uma condição necessária para isso. A sua substituição por um bem elaborado projeto de reequilíbrio das contas públicas no médio prazo deve conceder mais segurança aos agentes de mercado que a sua instabilidade atual.

1 https://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20201104_industria.html
2 https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/menos-de-20-do-credito-para-socorrer-empresas-foi-desembolsado.shtml
3 https://valor.globo.com/financas/noticia/2021/01/04/credito-a-empresas-registra-expansao-em-quase-todos-os-setores-da-economia-aponta-bc.ghtml
4 https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/81-das-micro-e-pequenas-industrias-estao-sem-acesso-ao-credito.shtml
5 https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/saiba-tudo-sobre-o-pronampe,9030060 4aa332710VgnVCM1000004c00210aRCRD
6 https://bricspolicycenter.org/os-efeitos-da-pandemia-no-mercado-internacional-de-minerio-de-ferro/
7 https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/01/balanca-comercial-fecha-2020-com-superavit-de-us-50-9-bilhoes#:~:text=Em%202020%2C%20a%20balan%C3%A7a%20comercial,foi%20de%20US%24%2048%20bilh%C3%B5es.
8 https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-01/balanca-comercial-do-agronegocio-soma-us-10081-bilhoes-em-2020
9 https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29889-ibge-preve-safra-recorde-de-260-5-milhoes-de-toneladas-para-2021
10 https://febraban.org.br/noticia/3587/pt-br/

CENTRO DE ESTUDOS DE ECONOMIA

IREE

FICHA TÉCNICA

A economia brasileira na berlinda da crise da Covid-19: balanço e perspectivas para 2021

Autores: Juliane Furno, Daniel Fogo, Lígia Toneto e Matias Rebello Cardomingo.
Supervisão: Walfrido Warde

IREE

O **IREE**, Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa, é uma **organização independente** cuja missão é promover o **debate democrático e pluralista** para aperfeiçoar a interação entre os setores público e privado no Brasil.

Equipe

Presidente: Walfrido Warde
Vice-Presidente: Valdir Simão
Diretoria Executiva: Rafael Valim, Renato Polillo, Carlos Renato Ferreira, Leandro Daiello
Economista-Chefe: Juliane Furno
Diretora de Comunicação: Samantha Maia
Diretor de Relações Institucionais: Rodrigo Siqueira
Gerente de Marketing: Marcos Antonio da Silva
Secretária Executiva: Palloma Marques
Analista de Marketing: Giselle Porto
Estagiário Jurídico: Michel Noberto

O conteúdo do Boletim de Política Econômica do IREE representa exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional do IREE. O Boletim é direcionado a todo o público, não podendo o IREE ser responsabilizado por qualquer perda direta ou indiretamente derivada do seu uso ou do seu conteúdo.